

SOBRE O PROGRAMA DE GOVERNO

Editorial

ATÉ ONDE IRÃO OS DIRIGENTES DO PS?

O Governo minoritário do PS — o primeiro Governo de minoria desde o 25 de Abril — apresentou-se, nos termos da Constituição, à Assembleia da República para se submeter e ao seu Programa à apreciação dos partidos nela representados.

A iniciativa do Governo, na actual conjuntura política, económica e social do País, não deveria consistir, e na realidade não consistiu, numa simples formalidade constitucional.

O debate foi marcado pela atitude insólita do Governo, pela boca do Primeiro-Ministro, relativamente às objecções que lhe foram postas.

Seria de admitir que o Governo de um partido que não recolheu mais do que trinta e cinco por cento dos votos expressos dos eleitores, se apresentasse aberto às críticas, sugestões e

(Continua na pág. 2)



ÁLVARO CUNHAL
NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Pág. 3

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. Os debates na Assembleia da República sobre o Programa governamental do PS, sobre a concessão de poderes legislativos ao Governo e o discurso de encerramento do Primeiro-Ministro confirmaram as apreensões do PCP quanto à composição do Governo e à orientação que procurará imprimir à vida política portuguesa.

Contrariamente à vontade popular, expressa nas eleições para a Assembleia da República, e ao conteúdo progressista da Constituição, tudo indica que o PS se prepara para imprimir ao Governo uma orientação para a direita que, a concretizar-se, faria pesar graves ameaças sobre a vida política portuguesa, sobre o regime democrático consagrado na Constituição e sobre as conquistas fundamentais da revolução de Abril.

Defendendo a necessidade de impedir a formação de uma maioria de direita PPD-CDS, o PCP orientou toda a sua acção no sentido de assegurar na Assembleia da República uma maioria de esquerda de socialistas e comunistas

que abrisse o caminho à formação de um governo de esquerda.

Os resultados eleitorais confirmaram a perspectiva defendida pelo PCP.

2. O PS, sem atender aos resultados eleitorais, manteve a sua pretensão de formar um governo de minoria a que a participação de alguns independentes e militares não altera o carácter unipartidário.

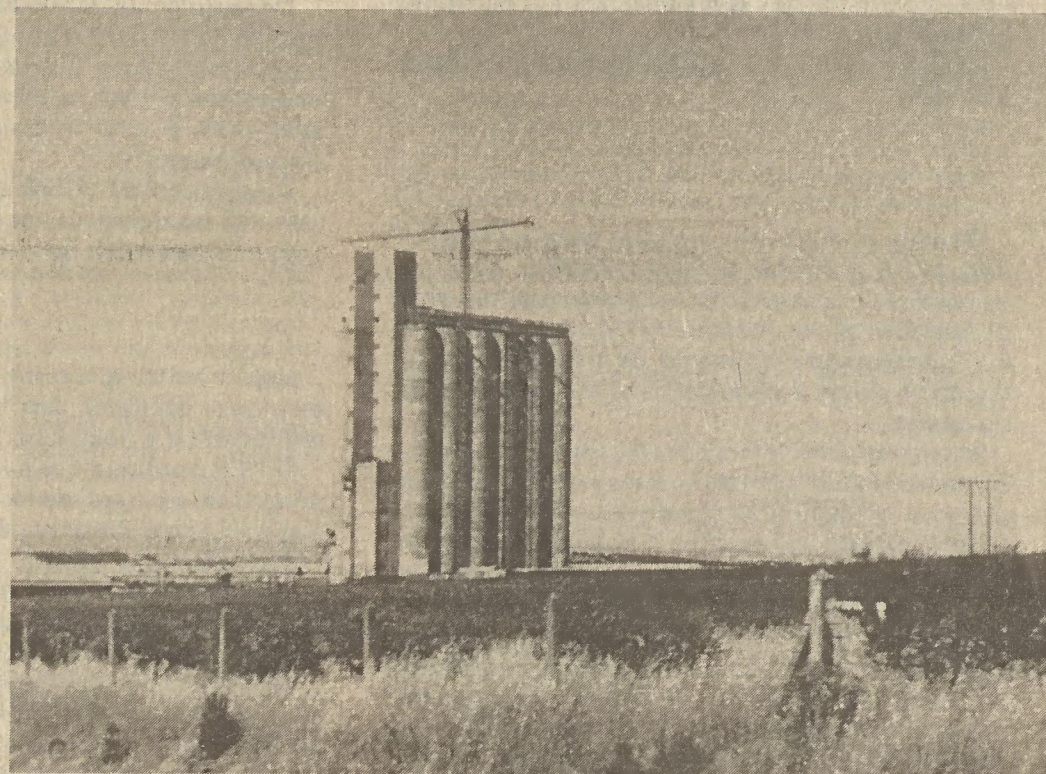
Proclamando que não desejava fazer alianças à esquerda nem à direita, o PS declarou que o seu governo unipartidário era a única fórmula de esquerda possível no momento actual.

O PCP tornou claro que um tal governo minoritário carecia de base de apoio para levar a cabo uma política de esquerda e que, rejeitando alianças à esquerda com o PCP, o governo do PS

(Continua na pág. 2)

FESTA DO «AVANTE!»

- O 2.º sorteio da EP é no próximo dia 4! Há festa na FIL a acompanhar o sorteio!
- A lista completa dos 30 brindes do 2.º sorteio na pág. 7
- É necessário ir trabalhar na FIL! Ler na pág. 6 o que há a fazer
- No próximo número, os nomes dos artistas que participarão na Festa do «Avante!»



Armazenar e proteger toda a colheita da Reforma Agrária é uma exigência nacional

COMO RESOLVER O PROBLEMA DO ARMAZENAMENTO DE CEREIS

Pág. 9



O plano siderúrgico nacional

Pág. 12

E.U.A.:
200 anos de capitalismo
U.R.S.S.:
59 anos de socialismo

Pág. 10

Conferência
de Imprensa
do Plano Alfa
desmascara
calúnias
da imprensa
reaccionária

Pág. 5



هذا طريقتي في الكفاح
O IMPERIALISMO
CONTRA O POVO
PALESTINIANO

Pág. 11



ENCONTRO DA EMIGRAÇÃO

Pág. 5



- Trabalhadores dos Cabos Ávila 8
- A Lei das Expropriações 9
- Petróleo brasileiro 10
- Conferência dos Não-Alinhados 11

SOBRE O PROGRAMA DE GOVERNO

Editorial

ATÉ ONDE IRÃO OS DIRIGENTES DO PS?

(Continuação da pág. 1)

propostas que, sob uma óptica de esquerda, lhe foram formuladas pelo Partido Comunista Português.

Mas não. A resposta do Governo consistiu numa autêntica diatribe anticomunista do Primeiro-Ministro. As interrogações e reparos do PCP sobre as ambiguidades, imprecisões e omissões graves do Programa não mereceram ao Dr. Mário Soares — mesmo discordando — o esclarecimento e acolhimento necessários. Ao Governo e ao seu Primeiro-Ministro faltou abertura para ouvir e sobrou jactância para repelir e mesmo para insultar.

Foi um espectáculo lamentável e um péssimo exercício de democracia ver e ouvir o Chefe do apregoado primeiro Governo Constitucional reagir pouco sereno e de uma maneira sectária e partidária, no pior sentido da palavra, às objecções legítimas de um partido de esquerda que, independentemente da dureza das críticas e da profundidade das divergências, tem mostrado servir o processo com elevado sentido de responsabilidade e procurado participar na busca de soluções aceitáveis para os agudos problemas nacionais.

A contrastar com o anticomunismo primário, por vezes virulento, do Primeiro-Ministro contra o PCP e o seu Secretário-Geral, não se pode deixar de considerar os termos conciliatórios usados no trato com o PPD e o CDS no discurso de encerramento do debate. Atacar tão cegamente Álvaro Cunhal e tratar tão gentilmente Galvão de Melo, por exemplo, é algo incompreensível num partido que se diz de esquerda e que assumiu a responsabilidade, pouco conforme à Constituição e à vontade do eleitorado, de formar um Governo unipartidário de minoria.

Um observador avisado não pode deixar de tirar disto as necessárias ilacções e a pergunta justifica-se:

Até onde irá o PS na sua política de conciliação à direita?

Durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, o PCP advertiu para os perigos reais que resultariam para a democracia portuguesa de uma vitória PPD/CDS nas eleições e a consequente formação de uma maioria de direita na assembleia legislativa e de um governo de direita.

Trabalhar para a eleição de uma maioria de esquerda e abrir caminho para a formação de um governo de esquerda foram os objectivos da campanha eleitoral do PCP. A solicitação do voto útil dos portugueses nas listas do PCP, face à inevitável degradação da força eleitoral do PS, confirmada pelos resultados, não foi de maneira nenhuma manifestação de egoísmo partidário, de eleitoralismo, mas uma exigência concreta da defesa e consolidação da nossa democracia.

O que havia a dizer sobre isto já foi dito e o que importa salientar é que os resultados eleitorais do PCP e das próprias eleições confirmaram a justeza dos objectivos apontados.

Uma maioria numérica de esquerda foi eleita. O PPD e o CDS foram derrotados e ficaram em minoria. Estavam criadas as condições para a formação de um governo de esquerda socialista-comunista folgadoamente maioritário. O PS rejeitou o mandato do povo e optou pela formação de um governo unipartidário socialista que não tem a maioria da Assembleia e a que falta a necessária base de apoio para a política de profundas reformas que a sociedade portuguesa exige na hora actual.

O debate do Programa do Governo na Assembleia veio confirmar as apreensões e preocupações do PCP quanto ao governo do PS sozinho e aos perigos e ambiguidades da sua aparente recusa de alianças à esquerda e à direita.

No debate do Programa ouvimos o Governo produzir apenas afirmações gerais sem concretização. É de registar o compromisso reafirmado pelo Chefe do Governo de considerar irreversíveis as conquistas da revolução. Mas

como conciliar estas afirmações de princípio com o deplorável discurso final do Primeiro-Ministro?

Não é verdade que as suas diatribes anticomunistas e os significativos apoios velados ou abertos do PPD e do CDS ao Programa entremostrem a tentativa de criar desde já as condições para um governo futuro de "grande coligação" que naturalmente não contaria nem poderia contar com a participação e o apoio do PCP?

O entendimento para a formação de um tal governo, sob a hegemonia da direita somente poderia fazer-se sobre a base de uma política antioperária e de recuperação capitalista, de restituição das herdades colectivas da Reforma Agrária aos grandes latifundiários, de submissão ao imperialismo.

A forma como o Governo conduziu o debate, e principalmente o discurso de encerramento do Primeiro-Ministro, levam a concluir que a recusa em palavras do PS quanto às alianças à esquerda e à direita encobre o propósito real de uma aliança de facto com os partidos da direita o que significaria a curto prazo um ataque frontal contra as conquistas da revolução e a sua liquidação posterior.

As palavras finais do dr. Mário Soares são férteis em indicações de um claro deslize para posições de direita do Governo minoritário do PS.

Quer no seu discurso de encerramento quer nas palavras de alguns ministros, designadamente o da Educação e Cultura e dos Negócios Estrangeiros, e ainda de alguns deputados é nítida a procura de uma fractura com a esquerda, ameaça-se abertamente o curso de um largo processo unitário entre socialistas e comunistas que se tinha iniciado sobre a base do movimento popular de massas e do movimento sindical.

Desanimar as tendências que ganham força dentro do PS para a unidade com os comunistas parece ser assim o primeiro passo visível para consolidar a aliança velada ou aberta com o PPD e o CDS e uma iniciativa para tranquilizar o imperialismo.

Prisioneiro da direita reaccionária o Governo do PS sozinho, o seu Programa e a sua hegemonia teriam os dias contados.

Hoje mais do que nunca é essencial a unidade da classe operária, das massas populares, dos democrático e socialista.

O PCP continua fiel à sua política de unidade porque é ela que serve hoje como serviu no passado os interesses fundamentais dos trabalhadores da cidade e do campo e de todos os democratas e progressistas portugueses na sua luta por um Portugal livre, independente, democrático, e socialista.

Relativamente ao Governo do PS, o PCP, ao mesmo tempo que lutará consequentemente contra todas as medidas que contrariem os interesses e direitos dos trabalhadores e a democracia apoiará as medidas positivas e os esforços dos socialistas para se libertarem das pressões da direita reaccionária.

Ante os perigos de uma nova ditadura o PCP saberá em cada caso restringir o principal do secundário e o principal no momento presente é a defesa das liberdades, da democracia, das conquistas mais importantes da revolução.

O terreno de entendimento entre socialistas e comunistas é muito vasto, está acima das contingências de ocasião e das diatribes de tal ou tal dirigente socialista.

Mas uma coisa é imperiosa no momento actual: travar os rasgos de direita e a política de conciliação com a direita do Governo do PS, obstar a um conluio com as forças da direita reaccionária personificadas no PPD e no CDS e enveredar por um outro caminho que garanta a consolidação e o desenvolvimento do processo democrático — o que só é possível através de uma estreita união entre as forças de esquerda, em primeiro lugar entre socialistas e comunistas.

Há perigos reais e são eles que nos levam a repetir:

Até onde estarão dispostos a ir certos dirigentes do PS na sua política de concessões à direita?

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

(Continuação da pág. 1)

sozinho só poderia manter-se com o apoio do PPD, do CDS ou dos dois, apoio que só lhe seria assegurado com a prática de uma política de direita.

A forma como decorreram os debates e a posição do Governo parecem dar razão às advertências e previsões do PCP.

3. No Programa que apresentou à Assembleia da República, o Governo do PS limitou-se à formulação de aspirações gerais sem concretização, não deu uma resposta clara aos problemas políticos, económicos, sociais e culturais que atingem a sociedade portuguesa. Pelo contrário, a orientação anunciada, a concretizar-se, pelas suas concessões à direita, pelas suas omissões e ambiguidades, pelas ameaças formuladas, agravaria sem dúvida a situação política, económica e social do País.

Nos debates realizados na Assembleia da República foi significativamente revelador o apoio dado pelo PPD e o CDS às linhas gerais da política definida pelo Governo do PS e ao seu Programa. Isso confirma que, no fundamental, a acção do Governo corre o risco de se orientar no sentido dos mesmos interesses e soluções que o CDS e o PPD defendem.

Apesar de certas formulações programáticas e das garantias dadas pelo Primeiro-Ministro quanto à irreversibilidade das grandes conquistas da revolução, são os propósitos enunciados na base de uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que grangearam o apoio mais ou menos declarado do PPD e do CDS ao Programa do Governo.

Sobre esta política de tácito entendimento são visíveis as tentativas de criar condições para a formação futura de um "governo de grande coligação", preconizado pela direita reaccionária.

Deste modo o Governo do PS, ao contrário das afirmações dos dirigentes socialistas, orientar-se-ia no sentido da realização de uma política de aliança com os partidos da direita.

4. O discurso de encerramento dos debates na Assembleia da República pelo Primeiro-Ministro, além do tom partidário, sectário e do anticomunismo primitivo, confirmou e coroou a definição de uma orientação predominantemente de direita para onde o Governo do PS parece perigosamente deslizar.

O dr. Mário Soares, no seu discurso, faz adensar o perigo de uma fractura definitiva à esquerda e compromete numa larga medida o desenvolvimento do processo unitário entre as forças de esquerda, designadamente entre

socialistas e comunistas. Nas palavras do Primeiro-Ministro foi notória a preocupação de consolidar a aliança com o PPD e o CDS, verificada no decurso dos debates e também o seu esforço para tranquilizar o imperialismo.

O discurso do dr. Mário Soares não deixa lugar a dúvidas: o Governo do PS mostra tendências para fazer uma política orientada à direita, ao contrário das suas afirmações de esquerda.

5. O PCP manifesta a sua profunda preocupação pelas graves consequências que teria para o País uma política de direita, aplicada pelo Governo do PS, com o apoio do CDS e do PPD.

O PCP reafirma claramente que combaterá as medidas antioperárias e antipopulares que forem tomadas, na aplicação de uma tal política.

O PCP combaterá todas as medidas que o Governo do PS, com o apoio do PPD e CDS, possa vir a tomar contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da revolução.

Ao mesmo tempo, o PCP chama a atenção dos socialistas e de todos os democratas para as realidades políticas do País e para os perigos que resultariam de uma política de direita.

A democracia portuguesa não está interessada em que o previsível fracasso da política do Governo PS seja o fracasso da própria democracia.

Por isso, e apesar de tudo, o PCP reafirma que continuará orientando no fundamental a sua acção no sentido de travar o passo ao avanço das forças da direita, no sentido de manter viva e possível a perspectiva de uma política democrática, de uma política de esquerda, em Portugal.

O PCP não apresentou qualquer proposta de rejeição do Programa do Governo do PS, ao contrário do que pareceu desejar o Primeiro-Ministro.

Ao mesmo tempo que não apoia tal Programa e que manifesta a sua condenação pela orientação de direita de certas das suas formulações e das palavras do Primeiro-Ministro, e apesar delas, o PCP apoiará quaisquer medidas positivas que correspondam aos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades e das conquistas da revolução, à estabilização das instituições consagradas na Constituição, na luta por um Portugal livre, independente e democrático a caminho do socialismo.

Lisboa, 17 de Agosto de 1976.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

APRENDER
APRENDER
APRENDER SEMPRE

«O jornal não é apenas um propagandista e um agitador colectivo, mas também um organizador colectivo. Deste último ponto de vista, pode ser comparado aos andaimes que se levantam em torno de um edifício em construção, que lhe marcam os contornos, facilitam os contactos entre os construtores, ajudam-nos a dividir entre si as tarefas e a aperceberem-se dos resultados globais obtidos pelo trabalho bem organizado»

Lénine

LÉNINE



de novo à venda

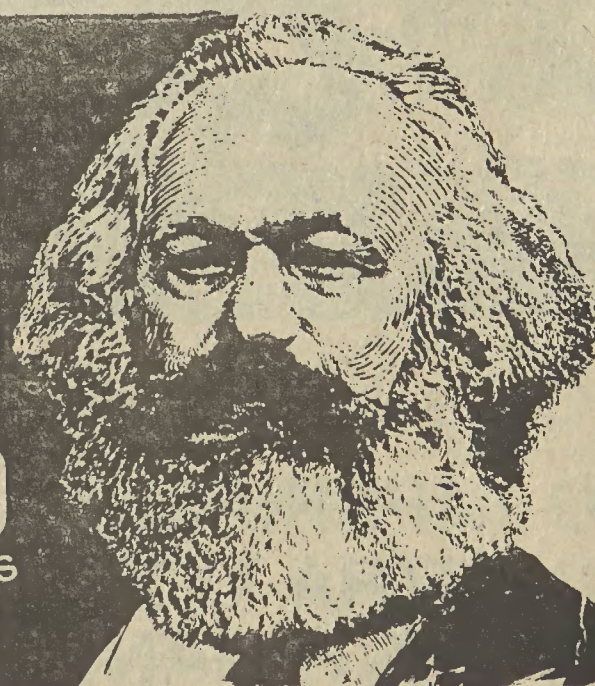
INTRODUÇÃO

Uma concepção científica do mundo • Leis do desenvolvimento social • A sociedade capitalista • A fase imperialista do capitalismo • As lutas de classes e o Estado • A sociedade socialista • A concepção marxista da natureza • Um guia para a acção.

MARXISMO

Colecção: CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LÊNINISMO
Distribuição CDL — Central Distribuidora Livreira —
Av. Santos Dumont, 57 - C — Lisboa - 1

Emile Burns



O DIFÍCIL CAMINHO DA DEMOCRACIA



Um texto de
CARLOS COSTA
Membro da Comissão
Política e do Secretariado do
Comité Central do PCP

na
REVISTA
INTERNACIONAL
N.º 6/1976

SOBRE O PROGRAMA DE GOVERNO

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. ministros

O debate não modificou, mas pelo contrário reforçou a nossa opinião acerca do governo do Partido Socialista. Ou seja: que a sua formação, composição e programa não correspondem às exigências da situação actual.

O debate acrescentou ainda mais um motivo para rejeitarmos este Governo e este programa como a solução democrática desejável e necessária. Esse motivo foi o apoio constante e comprometedor do CDS e do PPD. O PPD pela sua parte, actua como se fosse um partido de coligação, aceitando provisoriamente não estar representado no governo.

Quando ouvimos o deputado Sousa Franco do PPD dizer que o Programa do Governo PS "é um passo em frente", entendemos que é um passo em frente em direcção ao PPD e se é um passo em frente em direcção ao PPD é um passo que afasta dos trabalhadores e aproxima do capital, que afasta da perspectiva do socialismo e aproxima da perspectiva de recuperação capitalista.

Presidência da República há neste apoio grande parte de cálculo. O debate confirmou porém qualquer coisa mais: que o Programa do Governo vai, no fundamental, no sentido da defesa dos mesmos interesses e das mesmas soluções que o CDS e o PPD defendem.

O governo respondeu a numerosos pedidos de esclarecimento. No que respeita ao nosso Partido, se alguns esclarecimentos foram dados com sentido positivo, as respostas ou omissões quanto aos problemas essenciais confirmam as nossas reservas e em muitos casos as agravam. Começemos pelas *liberdades*:

O debate não nos tranquilizou quanto à política do governo em matéria de liberdades.

No que respeita à *liberdade da organização sindical*, ouvimos fortes ataques ao movimento sindical português, tanto da parte do sr. Ministro do Trabalho, como da parte de deputados socialistas, como de deputados do PPD e ainda do CDS, que, depois do último congresso, parece disposto a lançar os capitalistas à organização de sindicatos operários. Ouvimos até atacar os comunistas por terem promovido e dirigido a organização sindical dos trabalhadores no tempo do fascismo que impedia violentamente a liberdade sindical, e declarava que a Intersindical (de que a actual é continuadora) era clandestina.

Há que dizer que, quando a ditadura não conseguiu impedir e abafar a organização independente dos trabalhadores, não será num regime democrático que ela será impedida.

O senhor Ministro do Trabalho chama à unicidade uma "monstruosidade jurídica", que certamente deixaria de ser "monstruosidade" se acaso um dia o partido do senhor ministro tivesse a hegemonia no movimento sindical.

Além da declaração do sr. Primeiro-Ministro nada de positivo é dito em relação à Intersindical. Nada de positivo é dito também em relação aos esforços dos sindicatos para a organização dum Congresso unitário.

Os ataques ao movimento sindical pressagiam que o Governo pretende dividir, enfraquecer e controlar a organização sindical dos trabalhadores a fim de quebrar a resistência ao agravamento da exploração que projecta numa perspectiva de recuperação capitalista.

Ainda no que respeita ao *direito de organização dos trabalhadores* afirmou-se que o PCP se opôs à organização das Comissões de Trabalhadores, quando é certo que actualmente (como de há 30 anos para cá) nenhum outro Partido faz mais para a formação e acção das Comissões de Trabalhadores.

É em grande parte por isso que se desenvolve uma ofensiva contra as Comissões de Trabalhadores e se projectam regulamentações e se praticam discriminações.

Pela nossa parte, opor-nos-emos a regulamentações das Comissões de Trabalhadores de forma a submetê-las ao controlo e à direcção do Estado e do Governo.

Por tudo quanto aqui se disse (particularmente o ministro do Trabalho e o deputado Aires Rodrigues) em relação ao *direito à greve* transparece o projecto de fazer aprovar leis regulamentadoras do direito, que efectivamente o limitem. O interesse coincidente do CDS-PPD e PS para a revisão da lei da greve não é de molde a tranquilizar os trabalhadores.

O PCP tem insistentemente alertado contra o uso indiscriminado da greve, pela necessidade da sua utilização tendo em conta todas as suas incidências económicas e políticas. É porém evidente que as limitações que se preparam contra o direito à greve inserem-se também na tentativa de abafar as previsíveis reacções dos trabalhadores ao agravamento da exploração numa perspectiva de recuperação capitalista.

No referente à *liberdade de informação, designadamente a liberdade de imprensa*, o debate reforçou as nossas apreensões acerca dos critérios de monopolização pelo partido no poder dos meios de comunicação social, pagos com mais de meio milhão de contos anuais dos dinheiros públicos.

Insiste-se em que não haverá discriminações e saneamentos por motivos ideológicos. Mas, enquanto se readmitem fascistas na Rádio e televisão e em jornais estatizados são atingidos por medidas repressivas na comunicação social mais de 150 trabalhadores despedidos, suspensos ou sem remuneração, quase sempre afastados dos seus postos. E já com este governo continuam saneamentos à esquerda um pouco por toda a parte no aparelho do Estado.

Ainda nesta matéria em intervenções de membros do Governo e de deputados do PS transparece uma inesperada noção do "jogo democrático". O dr. Zenha, em resumo, concluiu que só a política do PS é constitucional. E outro deputado socialista, querendo emendar a mão, insistiu no erro, dizendo que, se o Programa corresponde à Constituição, todos o devem apoiar. O PS teria assim o exclusivo de governar segundo a Constituição e as divergências de opinião e as diferenças de Programa poderiam sempre ser acusadas de inconstitucionais. É indubitável que nestas concepções, transparece uma singular concepção da democracia pouco conforme com o pluralismo.

A luta por uma política própria e contra uma política de que se discorda é um direito inalienável em democracia, e no fim de contas uma das razões de ser dos partidos políticos. Pela nossa parte, não prescindimos nem prescindiremos desse direito.

Sobre a dinâmica económica e a crise.

Estamos de acordo em que na actual realidade económica portuguesa, coexistem duas formas distintas de propriedade em duas grandes zonas diferenciadas, cada qual com a sua dinâmica própria.

De um lado, um *sector capitalista*, a que se chama hoje delicadamente de "iniciativa privada" e do outro lado, um *sector que a revolução portuguesa arrancou ao domínio do*

capitalismo monopolista e que é constituído pelas empresas nacionalizadas, pelas empresas onde se verificou a intervenção do Estado, por aquelas onde se instaurou o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, por outras que se transformaram em cooperativas, e pelas unidades colectivas de produção e cooperativas na zona de reforma agrária.

Segundo o Partido Comunista, na situação actual, não se trata de colocar estas duas zonas uma contra a outra, mas de estimular uma e outra tendo em conta as suas características e dinâmicas próprias.

Na perspectiva do desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo, é a zona arrancada ao capitalismo monopolista e aos grandes agrários que terá o papel fundamental a desempenhar. Nesse sentido, consideramos particularmente perigosas as ideias daquilo a que chamam "coexistência concorrencial" e "emulação entre dois modelos".

E consideramos perigosas porque, se assim se entende a evolução das estruturas económicas, dependerá em grande parte da política do governo a resposta à questão "quem leva a melhor?" E na política do governo aqui definida (não tanto nas afirmações dos economistas que falam mas nas dos políticos que explicaram) vê-se a inclinação para desde já enaltecer o capitalismo e denegrir e inviabilizar a dinâmica que assenta na perspectiva do socialismo, e essa só com os trabalhadores e nunca contra eles se pode concretizar.

Se, por um lado, se afirma que a futura predominância do sector de propriedade social dependerá das "provas que o sector socializado da economia consiga dar" e se, por outro lado, se vê que a preocupação do governo é mais ganhar a confiança dos capitalistas do que ganhar a confiança dos trabalhadores; se se ouvem constantes acusações ao controlo operário e à gestão pelos trabalhadores; se alguns fazem um juízo condenatório das nacionalizações e da Reforma Agrária que acusam de atentados à propriedade privada e roubo de terras; — há razões para recelar que no governo do PS haja quem pense "pôr à prova" o sector nacionalizado para justificar que, de uma ou de outra forma, boa parte seja restituída ao capital.

A *rentabilidade do sector público* não pode ser um critério para decidir de eventuais desnacionalizações. É característico do capitalismo monopolista de Estado, e esse foi o caso de Portugal antes de 25 de Abril, que o Estado ao serviço do grande capital chama a si e nacionaliza os sectores básicos, que deixam de ser rentáveis, assim como novas infraestruturas que necessariamente o serão. É o que sucedeu com os caminhos de ferro e com os telefones ainda no tempo do fascismo. Há sectores e empresas que são e continuarão sendo altamente deficitários e não venha amanhã o governo concluir da derrota do sector público aquilo a que chama a "coexistência concorrencial", porque a CP, por exemplo, é e será durante muito tempo deficitária.

Na situação actual poucos são os que contestam frontalmente as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril.

Se bem ouvimos, até o CDS se pronunciou aqui pela defesa das conquistas da Revolução.

O que o CDS exige naturalmente é que haja bons gestores, que haja competência técnica, que a administração dos bens públicos esteja em "mãos aptas". E como é o CDS, no seu próprio entender, que tem gestores e competência e mãos aptas, conclui-se que, para defender o sector nacionalizado rumo ao socialismo, o melhor seria entregá-lo à gestão do CDS.

É inquietante ouvirmos aqui o sr. Primeiro-Ministro pedir os bons ofícios do CDS para o regresso dos técnicos que fugiram à revolução, e o CDS, de maneira formal, responde favoravelmente ao convite, propondo logo no concreto fazer parte dum comissão do Ministério dos Negócios Estrangeiros para fazer o inventário.

O PCP defende que é necessária preparação e competência. Mas uma coisa é estimular quadros e preparar quadros, outra é querer reintroduzir nos sectores nacionalizados técnicos que estão especializados sobretudo no serviço ao grande capital, para que venham, a pretexto de competência técnica criar em sectores básicos as condições de recuperação capitalista.

É necessário sublinhar que as nacionalizações em si, fora dum processo económico progressista, nada têm a ver com o socialismo, antes muitas vezes (como o mostra a experiência da social-democracia) são um instrumento do grande capital monopolista.

O deputado dr. Zenha afirmou há tempos não ser marxista porque o próprio Marx não o era. Parece porém que guardou, talvez como recordação, um qualquer volume do companheiro de combate e ideias de Marx, pois na sua intervenção uma vez mais citou Frederico Engels. Pois lendo Engels talvez se recorde que Engels no seu tempo se ria a bom rir dos pseudo-socialistas que viam socialismo nas nacionalizações de Bismark. O capitalismo sempre procedeu a nacionalizações sem que estes alterem no mínimo o sistema económico.

Há duas perspectivas completamente diversas; uma, a perspectiva da consolidação das nacionalizações, do controlo operário, da reforma agrária, como grandes conquistas revolucionárias em que deve assentar um desenvolvimento económico rumo ao socialismo; outra, um projecto de recuperação capitalista e agrária que respeite formalmente estas conquistas do nosso povo mas que vise a sua reconversão ao sistema económico capitalista, e que por isso significará desde já diminuição de salários reais, de regalias sociais, o aumento dos preços, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Aquilo que aqui disseram ministros e deputados reforça a nossa opinião de que o governo do Partido Socialista está voltado para este segundo caminho, para o caminho da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Aquilo que aqui disseram reforça, a nosso ver, essa perspectiva, se assim não for, nós ficamos muito satisfeitos. Se o Partido Socialista realmente cumprir na sua actividade aquilo que em formulações gerais aqui afirma, que pretende que a democracia portuguesa caminhe para o socialismo, e se pelo socialismo entende que se acabe com a exploração do homem pelo homem, as medidas práticas que tomar, mesmo com esta direcção, não terão a oposição do Partido Comunista, pode ter a certeza disso.

O deputado do PS, Vitor Constâncio, afirmou que, para tapar o grande défice existente entre a produção e o consumo, o PCP defende a austeridade e respondeu dizendo que o equilíbrio não se consegue cortando consumos supérfluos como iates, "Mercedes" e joias, os exemplos que citou.

Esta crítica à nossa crítica nem é exacta nem convincente.

Em primeiro lugar, o PCP pronuncia-se pela austeridade, mas coloca sempre um outro factor

necessário ao equilíbrio: o aumento da produção.

Em segundo lugar, os consumos supérfluos e sumptuários não são só iates, Mercedes e joias e nós podemos fornecer ao Governo uma longa lista, se o Governo estiver disposto a começar verdadeiramente a austeridade por aqueles que têm altos rendimentos.

Em terceiro lugar, a redução dos altos consumos, se não tapa, só por si, o buraco financeiro, tem grande significado moral. Se, no que respeita a iates, Mercedes e joias (e não só) não há restrições, as classes trabalhadoras não se sentirão inclinadas a fazer sacrifícios que o governo lhes queira impor.

Defendendo o aumento da produção, o PCP defende naturalmente o aumento da produtividade, a necessidade de acumulação e dos investimentos, e a necessidade de atender ao problema do desemprego que a continuação da emigração descongestiona, mas para o qual não é solução desejável.

É também conhecido que a maior parte dos grandes investimentos nos grandes projectos (alguns dos quais verdadeiros abortos da planificação do capitalismo monopolista) criam um número reduzido de postos de trabalho.

Por isso defendemos que na conjuntura actual, parte dos investimentos seja feita em capital variável, isto é em sectores onde há elevado número de trabalhadores e concordamos com o propósito do Governo investir na construção, nas obras públicas, na agricultura e na pesca.

A este respeito é entretanto necessário sublinhar que qualquer arranque para a estabilidade económica e o desenvolvimento exige investimentos em sectores onde é muito elevada a composição orgânica do capital e onde portanto os investimentos não se traduzem numa proporcional criação de postos de trabalho.

Na solução destes problemas pesa, como em todos os outros, o rumo que se pretende imprimir à democracia portuguesa.

E o debate, a nosso ver, não respondeu às nossas interrogações e não diminuiu as nossas apreensões.

Nem, como acabamos de ver, em relação às nacionalizações.

Nem no que respeita às *empresas com intervenção do Estado* e onde existe *controlo operário e gestão pelos trabalhadores*, ao qual se referiu o sr. ministro do Trabalho (contra "um controlo anárquico; à vontade e espontâneo") como lhe chamou em termos que, associados às práticas recentes, agravam as nossas preocupações.

Nem no que respeita à *Reforma Agrária* em que um sr. deputado citou a plataforma para o Ministério da Agricultura do "VI Governo", dizendo que o PCP não cumpriu, não referindo que nessa plataforma está escrito que o exercício do direito de reserva não deverá prejudicar a unidade e viabilidade das Unidades Colectivas de Produção, mas existem despachos do sr. ministro em que, sobre pareceres técnicos e decidindo desaneações, foi cortada sistematicamente a reprodução desse ponto da plataforma feita pelos técnicos como proposta.

Embora com excepções, o tom geral das intervenções dos membros do Governo e deputados do PS foi dado pelas sucessivas referências a salários considerados demasiado elevados e a lucros considerados demasiado baixos, sorrisos e flores para os capitalistas e a direita e ameaças mais ou menos veladas contra os trabalhadores e os comunistas. Em relação aos meios de comunicação social estatizados ainda há dias o senhor Primeiro-Ministro de volta dum viagem ao Porto, não achou serem de referir as discriminações para com o movimento operário e popular, mas sublinhou serem de atender as queixas dos capitalistas. Em tudo isto transparecem sentimentos e preocupações, que nada têm a ver com os sentimentos e preocupações dos trabalhadores.

Como se ouviu neste debate, bastou afirmarmos a determinação de lutarmos pelo que consideramos justo para ouvirmos da boca dum membro do Governo a palavra "cautela!" (com ponto de exclamação e pausa). Pois aqui queremos dizer também ao Governo "cautela!". A democracia controli-se e o caminho do Socialismo percorre-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. A conciliação universal não é possível numa sociedade dividida em classes, dividida em explorados e exploradores.

Há momentos em que é necessário decidir com um espírito de classe. Se o Governo decidir segundo os interesses do grande capital e dos grandes agrários, terá sem dúvida contra si a população trabalhadora, e sobre isto não deve o Governo ter quaisquer ilusões.

Dois palavras sobre política externa:

O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros referiu que a objecção fundamental do PCP ao Programa de política externa do Governo é as relações com os países socialistas.

Pode querer ter graça, mas não é exacto. O fundamental para nós é uma política de independência nacional, de real diversificação das relações e não de subserviência aos países do Mercado Comum e aos Estados Unidos, à qual necessariamente conduz a realização do programa do Governo; animado por concepções mais conformes com os tempos da guerra-fria do que com os dias de hoje.

Como foi aqui referido, o PCP não tem levantado a saída de Portugal da OTAN. Mas é conhecido que não concordamos com a participação e pensamos ser questão a resolver num quadro internacional mais amplo.

Portugal corre o risco, com a política externa que o governo propõe, de se tornar novamente um pião do jogo das grandes potências imperialistas, soldando novas cadeias de dependência financeira, económica, diplomática e militar. Este é o ponto essencial da nossa crítica à política externa do Governo.

Naturalmente pensamos ser necessário desenvolver as relações com a União Soviética e os outros países socialistas e, se isso é considerado correcto, o Governo deve dizê-lo e fazê-lo. Que sejam assinados uns tantos acordos é um bom princípio, pois os acordos dão base jurídica para as relações. Mas depois há que transformar os acordos em actos. O sr. ministro dos Negócios Estrangeiros conhece perfeitamente os mil e um entraves que a essas relações têm sido postos do lado português.

Quanto a Angola e a Moçambique, insistimos: o essencial não são declarações de boas intenções; o essencial é pôr definitivamente de lado concepções e projectos neocolonialistas e procurar sarar as feridas provocadas pelo erro monumental do VI Governo sob hegemonia PS-PPD, com o respeito efectivo dos princípios da igualdade, do respeito pelos interesses mútuos, da soberania e da não ingerência nas questões internas.

Tememos que o Governo, à custa de querer ser demasiado europeu, deixe de ser suficientemente português. Ou seja: a sua política externa acabe por favorecer mais os grandes países desenvolvidos numa Europa integrada, do que os interesses portugueses entendidos na perspectiva dum desenvolvimento político,

económico e social, que corresponda aos interesses e aspirações do nosso povo e à efectiva independência do nosso país.

Esta é a nossa posição.

Para finalizar:

Os deputados do Partido Comunista não intervieram com espírito de oposição sistemática.

Expusemos algumas das grandes linhas que, no entender do nosso Partido, deveriam nortear a política de um governo democrático para poder solucionar os graves problemas que Portugal defronta e assegurar, juntamente com os outros órgãos de soberania, a consolidação da democracia e o prosseguimento do processo democrático.

Apresentamos situações concretas, formulámos perguntas concretas, sugerindo em alguns casos medidas e soluções.

Se, as intervenções de membros do Governo e de deputados do PS levam a admitir que em alguns pontos possam ser adoptadas medidas positivas, na maior parte dos casos, as respostas e desenvolvimentos mais agravam as nossas preocupações.

Se o Governo PS desliza atrás dos cantos de serêia da direita reacção corre o risco de amanhã ser combatido e facilmente ultrapassado por aqueles mesmos que hoje se procuram colar ao Governo, anunciando entretanto que a solução virá a ser a chamada "grande coligação democrática", ou a chamada "maioria presidencial", ou seja — um governo abertamente de direita a suceder ao governo do PS.

Os socialistas deveriam sentir-se preocupados por ver que apelos, louvores, ofertas de apoio e cooperação às suas pessoas e à sua política, lhes vêm de sectores que eles próprios têm afirmado serem reacçãoários. Deviam sentir-se preocupados por tão sublinhada coincidência de pontos de vista do seu partido com partidos de direita.

Podem os socialistas — é o seu direito — não estar preocupados com a colagem do PPD e do CDS ao seu partido. E vice-versa, naturalmente. Nós estamos. Não por nós, mas pela democracia portuguesa.

A democracia portuguesa não está interessada em que se accentue a guinada à direita do Partido Socialista, não está interessada em que este passe a ser um partido que, pelo seu Programa e a sua prática política, pouco se diferencie do PPD e do CDS, partidos que representam os interesses do grande capital e dos agrários.

A democracia portuguesa não está interessada em que se concretizem os planos da reacção para formarem, na base do anticomunismo, uma grande aliança das forças reacçãoárias e conservadoras contra o povo trabalhador de Portugal.

Infelizmente, em matéria de anticomunismo, as afirmações de alguns oradores do PS não se distinguem de em alguns casos excedem as do PPD ou CDS. Num momento em que o regresso do ex-general Spínola reaviva as ameaças da reacção, nenhum democrata que assista pela TV a este debate poderá sentir motivo de alegria na unanimidade dos aplausos PS-PPD-CDS a tiradas anticomunistas. Nos aplausos entusiásticos do CDS, o sr. ministro da Educação, Sotto Mayor Cardia, teve o justo prémio da sua vertiginosa evolução ideológica. Cada qual tem naturalmente a consagração que merece.

Dir-se-ia que a direita, com a sua aprovação, seus elogios e o seu estímulo, empurra o PS para um beco sem saída para o qual ele próprio voluntariamente se dirige.

Pela nossa parte entendemos que a democracia portuguesa não está interessada em que o previsível fracasso da política do Governo PS seja o fracasso e a derrota da própria democracia.

Por isso o PCP não irá adoptar uma orientação que venha a facilitar um avanço das forças da direita.

Por isso, ao mesmo tempo que reafirmamos a nossa firme discordância em relação à formação, composição e programa do Governo do Partido Socialista, ao mesmo tempo que declaramos combater a política antioperária e antioperária que intervenções de membros do Governo e de deputados do Partido Socialista permitem prever, não tomaremos como nunca tomámos uma atitude contestatária, de oposição sistemática.

Medidas que o Governo venha a tomar contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da revolução, terão o nosso combate.

Medidas que o Governo venha a tomar que correspondam aos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, terão o nosso apoio nesta Assembleia e fora desta Assembleia.

Por isso, também ao contrário do que muitos esperavam, o Partido Comunista Português não apresenta uma moção de rejeição, certo de que esta atitude é a que melhor serve os interesses dos trabalhadores e da democracia e a que pode contribuir para manter viva e possível a perspectiva de uma política democrática, uma política de esquerda em Portugal.

O Partido Comunista entende que, nas condições actuais, a estabilização da situação democrática e das instituições consagradas na Constituição é favorável a todo o processo democrático.

Mas não vai ser fácil. A defesa das liberdades, da democracia será uma grande batalha a travar e é necessário que seja travada em comum por todos os que querem continuar a viver em liberdade.

O regresso, neste preciso momento, do ex-general Spínola comporta em si perigos reais. Não é preciso ser profeta para prever que, como resultado directo ou indirecto deste regresso, não tardarão muitos dias sem que se verifiquem novas contestações à Constituição, novas tentativas da reacção para provocar alterações no aparelho do Estado, novas conspirações, novos motivos de incerteza e intranquilidade para o povo português.

Vemos com apreensão que neste momento se avancem ideias de direcção das Forças Armadas pelo Governo, quando a Constituição estabelece, para os próximos anos, um regime em que há um outro órgão de soberania, o Conselho da Revolução.

O facto de o PS, apesar de minoritário, ter acabado de constituir governo não deve levar os socialistas, assim como quaisquer outros democratas, a fechar os olhos às realidades e aos perigos. Hoje muitos socialistas acompanham a direita no combate aos comunistas. Mas se um dia o povo português tivesse a desdita de ser submetido a uma nova ditadura, seriam sem dúvida os comunistas os primeiros a sofrer a repressão, mas os socialistas e todos aqueles que se mantivessem fieis aos ideais das liberdades e do progresso social, acabariam por ir fazer companhia aos comunistas nas prisões, na tortura e talvez na morte.

Por isso hoje como sempre, continuamos prontos à unidade com todos aqueles que, sejam quais forem as suas concepções políticas estiverem pela sua parte prontos também a unirem-se aos comunistas na luta em defesa das liberdades e da democracia, na luta em defesa das conquistas da revolução, na luta para que Portugal livre e independente construa um regime democrático a caminho do socialismo.

SOBRE O PROGRAMA DE GOVERNO

O GOVERNO, OS AÇORES E A MADEIRA

As anunciadas intenções do governo minoritário do PS no que se refere aos arquipélagos dos Açores e da Madeira não contribuem — antes pelo contrário — para fazer face à ofensiva reacçãoária

Numa altura em que, tanto nos Açores como na Madeira, assistimos a uma intensificação nas movimentações da burguesia possidente no sentido de uma recuperação de privilégios, numa altura em que são levadas a cabo uma série de manobras tendentes ao controlo do movimento sindical pelo poder político, em que a onda de despedimentos deixa antever as intenções do patronato e em que se sucedem as declarações de compromisso com o imperialismo, afugentando-se nos extremos projectos de "demissão" do governo do dr. Mário Soares, relativamente às Regiões Autónomas.

O facto de coexistirem um Governo Central e Governos Regionais, não implica que, com base na dita "diferente coloração política", o primeiro se demita das suas funções, relativamente ao controlo que se impõe exercer sobre os poderes regionais. Se essas são as intenções dum governo em cujo programa não figuram senão algumas vagas referências à problemática insular, somos levados a deduzir que, relativamente a esse assunto, o dr. Mário Soares perilha a teoria do "deixar governar para governar".

Esta cederia de poderes a um governo PPD, cuja prática política é nitidamente de direita, deixa-nos apreensivos, pois existe toda uma série de problemas concretos cuja solução deveria estar preconizada no Programa, mas que por aí serem omissos, comprometem gravemente os mais elementares direitos dos trabalhadores açorianos e madeirenses.

A TERRA: COLÓNIA, ARRENDAMENTO E PROJECTOS

Começamos por referir o problema da "colónia", acerca do qual não encontramos qualquer referência no Programa, muito embora o próprio PS já tenha apresentado um projecto de lei sobre o assunto, que não resolvendo o problema, pelo menos abria caminho à sua resolução. No entanto, esta ausência deixa-nos antever que o Governo Central está disposto a deixar o assunto aos cuidados do PPD, cuja clientela eleitoral é precisamente a que, servindo-se do

regime de colónia, explora ferozmente os camponeses da Madeira. Para além do mais, os próprios interessados, os rendeiros, já se pronunciaram pelo desejo que têm, de ser o MAI a resolver a questão.

Ainda no capítulo da agricultura mas referindo os Açores, julgamos ser ao Governo Central que compete uma imediata tomada de posição no referente à aplicação da Lei do Arrendamento Rural, suspensas que foram algumas das suas cláusulas essenciais, pela Junta Regional. Na ilha de S. Miguel, 60 % da superfície total da terra é tomada de arrendamento e o preço pago por aqueles que a trabalham, é de entre 7 a 10 contos por hectare, não cessando este montante de aumentar, já que, de cada vez que se verifica qualquer aumento nos produtos obtidos, o dono da terra exige de imediato novo aumento.

Outra matéria sobre a qual seria de exigir também uma referência no Programa, diz respeito às intenções que norteiam o Governo, especialmente no futuro desenvolvimento agro-pecuário dos Açores. Se, por um lado se fala no reforço de verbas a atribuir ao PPA, sem que se tente definir com clareza quais os objectivos a alcançar e sem que se proceda a alterações nos seus quadros dirigentes altamente comprometidos com os americanos, por outro lado, nada se diz quanto a um plano para o desenvolvimento agro-pecuário, financiado pelos americanos, que para além de estar na origem da deslocação de Carlucci aos Açores, mais nos faz lembrar o projecto ITT da era fascista.

RECUPERAÇÃO CAPITALISTA: COOPERATIVAS E REDE DE FRIO

Muito embora o Programa governamental referência como prioritária a protecção e incentivo à autogestão e ao movimento cooperativo, seria desejável que tais intenções referissem explicitamente os Arquipélagos, querendo nós com isto alertar para o que se está a passar com a Empresa de Viação Terceirense, Lda. Esta empresa que há alguns meses se encontra sob controlo dos trabalhadores, tem sido vítima duma série de acções de sabotagem por parte dos antigos patrões, que

em conluio com alguns dos administradores nomeados pela Junta Regional, tudo fazem para que de novo lhes seja entregue a empresa, o que significaria o retorno a uma exploração desenfreada sobre os trabalhadores e uma alteração da forma como, de momento, as populações estão sendo servidas.

Quanto às cooperativas em funcionamento nos Açores e Madeira, é também urgente que o Governo central tome algumas medidas, pois as dificuldades que as mesmas deparam são imensas. Aqui, cabe referir as de Pescadores, cuja sobrevivência depende em larga medida da possibilidade que tenham de utilizar uma rede de frio, adquirida em Setembro do último ano e cuja atribuição cabe decidir ao Secretário de Estado das Pescas. No entanto, têm sido desenvolvidos esforços para que essa rede seja entregue à firma Bensaúde, que a explorará com objectivos lucrativos e sem olhar à necessidade de uma regularização no abastecimento de pescado às populações.

INSULARIDADE: TRANSPORTES E INFORMAÇÃO

No que respeita aos transportes — problema crucial para o desenvolvimento dos Arquipélagos — notamos algumas referências ao longo de todo o Programa. Mas, para além de não estar definida qualquer prioridade, algumas das intenções parecem-nos demagógicas, por tão onerosas que são, tal sendo o caso do novo aeroporto do Funchal. Consideramos que uma correcta política de transportes — tanto inter-ilhas, como de ligação ao continente — atenuará os malefícios da insularidade, mas salientamos também que muitos dos males imputados ao sistema de ligações, mais não são do que reflexos da hegemonia exercida pela burguesia micalense sobre o comércio açoriano. Muitas vezes houve que os grandes armazénistas açorianos e madeirenses, no sentido de voltarem as populações e os pequenos comerciantes contra os continentais, boicotavam as encomendas por eles feitas. Mesmo assim, cremos que só uma política que vise a utilização equilibrada e sistemática das duas companhias que servem os Açores — a CTM e a Mutualista, esta privada — e uma correcta operação das mercadorias transportadas — compensação dos fretes das mercadorias de primeira necessidade com os fretes dos bens supérfluos — até ao estabelecimento dum preço nacional, poderá atenuar um mal ao qual têm sido atribuídas dimensões exageradas.

No capítulo dos transportes aéreos, somos de opinião que só a nacionalização do capital privado da SATA, poderá levar aos Açores uma reestruturação e consequente racionalização desse serviço, pois enquanto permanecer o objectivo lucro entre os fins da empresa, impossível será falar-se em servir as populações.

Quando aos meios de Comunicação Social, gostaríamos de ter ficado com uma ideia de como irá o Governo interferir no panorama ilhéu, pois nem o estafado "pluralismo" conseguiu ainda, naquelas paragens, ultrapassar um jornalismo cujas origens remontam a muito antes do 25 de Abril. A "desorganização e incompetência" com que o sr. Secretário de Estado da Comunicação Social brindou os serviços da RDP, podem aplicar-se com muito mais ênfase à rádio e televisão dos Arquipélagos. Por outro lado, as emissoras privadas são controladas pelos separatistas e os jornais, nas mãos da Igreja e dos capitalistas, têm como único objectivo a defesa de certos interesses de classe, servindo-se de toda a espécie de calúnias e mentiras. É pois urgente que a nível central se definam com clareza quais as medidas que se contam tomar para que as populações dos Arquipélagos, informadas com verdade, se integrem no todo nacional.

IMPERIALISMO: ORDENADOS DE 360 CONTOS

Referindo-nos agora à chamada "Lei dos Investimentos

Estrangeiros", contamos que os seus princípios gerais sejam integralmente aplicados nas Regiões Autónomas, pois surpreende-nos e preocupa-nos a liberdade de movimentos e a amplitude de decisões que foram tomadas pelas Juntas Regionais. Na Madeira, é entregue a uma empresa americana a elaboração de projectos decisivos para o seu desenvolvimento; nos Açores, as conversações realizadas indicam que as coisas se passarão da mesma forma; a exploração geotérmica é concedida nos Açores a uma empresa americana, sem que ninguém conheça os termos do contrato que originou essa preferência mas sendo conhecido que cada técnico ganha cerca de 360 contos por mês, o que mesmo para os EUA é um ordenado elevadíssimo. Como se isto já não bastasse, fala-se insistentemente dos Açores como um paraíso para o investimento americano!

Todos estes factos deixam-nos extremamente preocupados, muito embora esperemos que o constitucionalmente estabelecido — a participação na discussão e nos benefícios dos contratos internacionais — para os governos regionais, seja escrupulosamente cumprido e que o povo português conheça os termos desses acordos, onde deverão ficar assegurados os direitos dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes, sendo-lhes reconhecido o direito à actividade sindical.

Os trabalhadores portugueses do continente estarão atentos a tudo o que doravante se passe nos Arquipélagos, não apenas pela solidariedade que os une a todos quantos labutam naquelas ilhas, mas também por desejarem que os dinheiros públicos, cuja drenagem se fará a título de "custos de soberania", não vá auxiliar um poder reacçãoário na exploração dos trabalhadores açorianos e madeirenses.

«NÃO É O PROGRAMA QUE OS TRABALHADORES ESPERAVAM.»

Esta a conclusão da reunião do Conselho Geral da Intersindical, na qual foi analisado o Programa do Governo minoritário do PS. O Conselho Geral, a determinada altura, repudia o facto do Programa prever a participação das entidades patronais na elaboração da legislação de trabalho, considerando-a institucional

As tarefas que se colocam ao movimento sindical face ao programa de Governo, o regresso e a libertação de Spínola e a libertação dos "pides" foram os três pontos abordados e discutidos no decorrer da reunião do Conselho Geral da Intersindical Nacional, realizada no passado dia 13, e à qual estiveram presentes 12 uniões distritais — Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Setúbal e Vila Real — e cinco federações — Hotelaria do Sul, Escritórios do Norte, Celulose, Mar e Metalúrgicos.

Quanto ao regresso e libertação de Spínola e à libertação dos "pides", o Conselho Geral efectuou um primeiro balanço dos protestos dos trabalhadores e das suas organizações, protestos que demonstram claramente o repúdio que estes factos causam aos trabalhadores.

No comunicado final da reunião afirma-se: É justificado e repudiado pelos trabalhadores que o responsável pelo golpe contra-revolucionário de 11 de Março tenha sido solto pelo poder judicial. É claro aos olhos dos trabalhadores o profundo significado político deste acto, que a argumentação jurídica não consegue ocultar.

Seguidamente, refere-se: A agitação reacçãoária desenvolvida demonstra que o objectivo desta manobra é prejudicar a democracia portuguesa, é desviar as atenções dos trabalhadores da resolução dos problemas

fundamentais que se nos põem. Estes factos não contribuem para a estabilização da democracia a caminho do socialismo que os trabalhadores desejam, e pela qual lutam.

Noutro passo, o comunicado referente à reunião do Conselho Geral da Intersindical refere-se às recentes medidas tomadas contra o terrorismo fascista, considerando-as positivas e correspondendo à vontade inúmeras vezes manifestada pelos trabalhadores.

O Conselho Geral da Intersindical Nacional — prossegue o documento — considera necessário e importante o prosseguimento das diligências para o completo desmantelamento da rede terrorista, para a prisão e julgamento de todos os seus responsáveis, incluindo António de Spínola, chefe confesso do chamado MDLP.

OS TRABALHADORES E O PROGRAMA

Na reunião, o Conselho considerou que a discussão dos problemas fundamentais que se põem aos trabalhadores permitirá desenvolver a nossa capacidade de intervenção, a nossa organização e força, de forma a que os órgãos constitucionais tenham efectivamente em conta a vontade dos trabalhadores em relação a todas as questões.

Seguidamente, o Conselho fez uma primeira e sumária análise do Programa do Governo, à

luz das suas consequências para os trabalhadores e para as suas conquistas ao longo do processo democrático.

Apesar das afirmações positivas do Programa de respeitar as grandes conquistas revolucionárias — afirma o Conselho Geral da Inter — o Programa não contém as medidas que a situação exige para que se consolidem e desenvolvam essas conquistas no sentido do socialismo, não é o Programa que os trabalhadores esperavam.

Depois de considerar positivas as afirmações do Programa em que se fala na consulta e discussão com as organizações de trabalhadores, o Conselho Geral da Inter critica o facto do Programa não conter muitas das propostas, posições e medidas que os trabalhadores, através das suas estruturas, já aprovaram, nem contém a forma como tal consulta se processará.

O Conselho Geral da Inter cita, a título de exemplo, as posições já tomadas pelo movimento sindical, na sequência de ampla discussão entre as massas trabalhadoras, em relação às leis da contratação colectiva, dos despedimentos e saneamentos, do controlo operário, da greve, da política salarial, da redução do período de laboração das empresas.

REPÚDIO PELAS INDEMNIZAÇÕES

O Conselho Geral da Intersindical — prossegue

o comunicado — repudia a concessão de indemnizações aos exploradores monopolistas e latifundistas que deviam, eles sim, indemnizar o povo português da opressão e exploração a que o sujeitaram e que são dadas contra a vontade unânime dos trabalhadores.

As consultas às entidades patronais, previstas no Programa do Governo minoritário do PS, para a elaboração da legislação de trabalho — incluindo, o que é mais grave, a lei sindical — merecem do Conselho Geral da Inter o seguinte comentário:

O movimento sindical repudia e considera inconstitucional todas as ingerências do patronato na organização dos trabalhadores, tal como considera inconstitucionais as ingerências do Estado, dos partidos e das confissões religiosas. O Conselho Geral considera que a lei sindical deve resultar do Congresso dos Sindicatos e reflectir a vontade democraticamente manifestada pelas organizações sindicais.

E quase a finalizar, o documento da reunião do Conselho Geral da Intersindical salienta: O Programa do Governo afirma que este respeitará a Constituição. A prática do Governo permitirá aos trabalhadores avaliar se a Constituição é efectivamente respeitada. A legislação que diz directamente respeito aos trabalhadores será uma primeira prova do verdadeiro sentido da política do Governo.

EMIGRAÇÃO — QUE POLÍTICA PARA O FUTURO?

O problema da emigração não pode ser encarado sem uma severa crítica aos erros do passado e as soluções futuras têm de ter prioritariamente em conta os interesses dos trabalhadores

Quando no discurso de apresentação do programa de Governo o primeiro-ministro afirma "temos, por intermédio da Secretaria de Estado da Emigração, de assegurar que continuem movimentos migratórios de trabalhadores portugueses para o estrangeiro, nas condições de protecção e defesa dos seus interesses, o melhor que nos for possível", deixa no ar as dificuldades que o Governo irá encontrar para garantir um tal movimento migratório e também para negociar melhores condições de vida e trabalho para os emigrantes. Por mais realista que seja o governo ao apresentar a este respeito as suas limitações, não deverá contudo abdicar nas negociações, de um nível de dignidade para a situação que os nossos emigrantes irão viver.

Analisar o passado, debater com os trabalhadores emigrantes a situação actual para preparar um futuro melhor, de acordo com os princípios consignados na Constituição Portuguesa, deveria ter sido a preocupação do governo PS quando elaborou o seu programa, na parte respeitante à emigração.

Analisar o passado e os crimes cometidos e ter coragem de apontar com dedo firme os responsáveis, monopolistas e latifundiários, que lançaram no desemprego milhares e milhares de trabalhadores, e que nada fizeram, antes pelo contrário, no sentido de criarem novos postos de trabalho.

Depois do 25 de Abril dividiu o PS com o PPD a responsabilidade da pasta da Secretaria de Estado da Emigração durante estes dois anos de revolução. O que se passou neste período, para além das dificuldades realmente existentes, é um sintoma inquietante do que

podem esperar no futuro os emigrantes portugueses. Sobre a actuação da Secretaria de Estado da Emigração deverá o Governo debruçar-se, escutar os trabalhadores emigrantes e corrigir desta forma os erros cometidos. E nesta análise deverá o Governo ter presentes os objectivos consignados na Constituição.

Sendo um problema nacional, a questão da emigração tem merecido por parte dos trabalhadores portugueses uma atenção especial. Não só do ponto de vista da solidariedade como também pela crise de desemprego existente em Portugal que obrigou muitos deles a procurarem subsistência fora do seu país.

Mas a situação nos países capitalistas não é de molde a que se pense que o desemprego ficará resolvido com a emigração de mais uns milhares de portugueses. Se atentarmos no número de desempregados da França e EUA, por exemplo, verificamos que atingem percentagens elevadas, não suportando pois o seu mercado de trabalho a concorrência de mão-de-obra estrangeira.

Enfrentando os governos dos países capitalistas os problemas criados pelos grandes grupos monopolistas, pretendem fazer pagar aos trabalhadores em geral e aos emigrantes em especial a crise de que são eles os únicos responsáveis.

Não se vê que seja possível resolver portanto o problema do desemprego em Portugal através da emigração, senão à custa de mais sacrifícios dos nossos emigrantes que terão de sujeitar-se aos mecanismos da exploração fora do seu país.

Sendo inevitável a existência de um plano

migratório, o Governo deverá tudo fazer para salvaguardar dignas condições de vida e trabalho para os novos emigrantes e, paralelamente, imprimir ao desenvolvimento da nossa economia um ritmo que permita a recuperação da mão-de-obra que assim abandona o nosso país.

OUVIR OS EMIGRANTES

Debater com os legítimos representantes dos trabalhadores emigrantes a situação actual e dar satisfação às justas reivindicações que lhes permitam melhores condições de vida e trabalho é uma questão urgente que o Governo deverá considerar.

Representados quer por Associações, quer por Comissões de Emigrantes, quer ainda por Comissões Consultivas, os trabalhadores não têm encontrado, de uma forma geral, acolhimento, quer da parte da SEE, quer da parte dos organismos de estado no estrangeiro (consulados e embaixadas). Ora, para além

dos acordos de emigração celebrados pelo Governo português com outros países, haverá que reestruturar os consulados e embaixadas e eliminar o espírito do 24 de Abril que ainda reina. Se em certas destas representações portuguesas a situação é francamente melhor, na maioria delas mantém-se ou ainda piorou. E se a elas cabe a ligação mais directa à massa dos trabalhadores emigrantes, não poderá consentir-se que tais representações no estrangeiro dificultem, como intermediárias, o contacto entre o Governo e os emigrantes. Firmemente, os trabalhadores emigrados lutarão contra tais barreiras.

Tanto os consulados como, em certos casos, as embaixadas ou ainda as delegações da SEE deverão constituir, conjuntamente com representantes dos trabalhadores emigrados e representantes dos governos estrangeiros, organismos em cada país que controlem a execução dos acordos de emigração que o Governo

afirma querer renovar com tais países ou estabelecer novos casos pela primeira vez.

Os novos acordos devem expressar a vontade do emigrante português e, para que tal aconteça, deverão não só ser ouvidos como participar nas suas negociações. Só assim se garantirá de facto acordos de emigração satisfazendo os interesses dessa importante massa de trabalhadores.

Acordos que venham a contribuir para melhorar a situação do ensino aos filhos dos emigrantes, da segurança social, do risco de desemprego, etc., terão o apoio firme dos emigrantes portugueses, assim como na ajuda que se afirma disposto a prestar às associações emigrantes. Neste último caso deverá o Governo ter em conta o contributo das associações democráticas ao Processo Revolucionário português e eliminar a prática corrente, até agora, de discriminação em apoio financeiro, e não só, a estas associações.

À venda nas livrarias CDL

notícias

comemorativo do 1.º ano da Independência de Moçambique



A DEMOCRACIA NÃO SE DEFENDE PACTUANDO COM OS INIMIGOS

As organizações dos trabalhadores tomam posição firme e decidida contra a libertação de Spínola

"O ex-general Spínola deve responder pelos seus actos nos termos da lei". Numa altura em que as autoridades finalmente a aplicam num esforço inicial para desmantelar o terrorismo, esta posição do nosso Partido, fortemente secundada pelos trabalhadores organizados, encontra eco em todas as forças que defendem a democracia, sem palavrado esquerdista nem aventuras condenadas ao fracasso, em proveito da direita.

As preocupações profundas, que o regresso do ex-general Spínola continua a levantar, foram assinaladas com relevo

pela Comissão Política do PCP, poucas horas depois da chegada a Lisboa do ex-presidente do MDLP, sobre quem pesam acusações muito graves, incluindo as "tentativas de golpes violentos contra a democracia em 28 de Setembro e 11 de Março, as suas conspirações em Portugal e no estrangeiro, as suas responsabilidades na formação, organização e execução de actividades terroristas pelo MDLP e outros grupos contra-revolucionários".

Essas responsabilidades do ex-general regressado do Brasil são bem conhecidas do povo português. Assim, as

organizações dos trabalhadores, com relevo especial para o movimento sindical unitário, souberam dar a justa medida do significado do seu regresso, lembrando que a democracia não se constrói com os seus inimigos, com os que deram provas suficientes de a quererem destruir.

Sindicatos de todo o país e outras organizações dos trabalhadores lembraram ao Governo, publicamente e em tomadas de posição muito firmes e numerosas, o compromisso por ele assumido de defender a democracia e de pôr cobro ao terrorismo. Lembraram a todos os órgãos do poder as promessas solenes de defender e fazer cumprir a Constituição. Fizera sentir como é necessária a vigilância do povo e dos órgãos do Estado, por forma a assegurar a todos os cidadãos o exercício das liberdades e direitos em todo o território nacional.

O juízo das massas populares sobre o ex-general Spínola não deve, porém, ser apoucado com manifestações de nenhum alcance popular, condenadas, como se viu, a um fracasso irremediável, quando conduzidas por grupos sem crédito entre as massas trabalhadoras no seio das quais fazem tentativas desesperadas para lançar o divisionismo e a confusão.

O regresso do ex-general Spínola é mais um incentivo à arrogância da direita. Como o PCP assinalou, na nota da Comissão Política, divulgada em 10 do corrente e apresentada dois dias depois na Assembleia da República

como preâmbulo a uma moção de protesto pela libertação do ex-presidente do MDLP, o facto de Spínola estar de novo em Lisboa "irá dar novo ânimo e arrogância àqueles que pretendem pôr em causa as conquistas da Revolução e impedir a consolidação e prosseguimento do curso democrático da sociedade portuguesa".

O justo alcance político do regresso do ex-general assim deve ser entendido e ao seu significado para as forças da contra-revolução deve ser oposta, como tem sido até agora, a exigência da incriminação e julgamento daquele sobre quem, segundo reconhecimento oficial das autoridades, pendem "fundadas suspeitas" de envolvimento nas "actividades delituosas do MDLP" e na "tentativa de aquisição de armas de guerra com objectivos igualmente ilícitos".

A pesar desse reconhecimento, o ex-general Spínola foi posto em liberdade, sem qualquer pronunciamento incriminatório, menos de 48 horas depois da sua chegada a Lisboa. O protesto firme contra essa atitude deve ser mantido e assim foi feito pelo Grupo Parlamentar do PCP que, numa moção apresentada à Assembleia da República, lamentou que uma invocada insuficiência na investigação sobre as actividades do ex-general Spínola sirva de justificação à libertação, sem sequer ser incriminado, uns para participarem nos trabalhos do Encontro, outros para tomarem parte activa nas festividades que se

SOLIDARIEDADE PARA COM AS VÍTIMAS DO BRUTAL ACIDENTE DA AMARELEJA

A Comissão Distrital de Beja do PCP apela para a solidariedade às vítimas do acidente da Amareleja

A Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português, lamentando profundamente o brutal acidente na praça de touros da Amareleja, freguesia do concelho de Moura, do qual já resultaram seis mortos e centenas de feridos, "apela para todos os trabalhadores e antifascistas, no sentido de um vasto movimento de solidariedade para socorrer, principalmente os familiares de todos os amigos que faleceram".

Salienta o comunicado da Comissão Distrital de Beja do PCP que:

"Relativamente aos dadores de sangue, vários militantes e populares acorreram imediatamente ao Centro de Trabalho do PCP, em Serpa, que os orientou no sentido de organizarmos a solidariedade aos feridos.

"Devido à acção do nosso Partido e dos trabalhadores dos concelhos de Moura e Serpa,

desenvolveram-se várias iniciativas para recolha de fundos que estão a ser encaminhados para os Centros de Trabalho e para os Delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja.

"Esta a acção desenvolvida pelos comunistas e os trabalhadores para minorar as consequências do desastre. No entanto, há muito mais a fazer, designadamente para apurar as responsabilidades daqueles que, responsáveis dos espectáculos públicos, descumram a segurança que se impõe na defesa da vida das pessoas.

"A Comissão Distrital de Beja do PCP expressou às famílias e ao Povo da Amareleja o sentido pesar dos comunistas, interpretando o sentido dos trabalhadores.

"A atitude de solidariedade dos nossos camaradas foi correspondida pelas populações dos concelhos de Moura e Serpa."

COIMBRA RECEBEU A EMIGRAÇÃO

Foi aprovado na generalidade o documento base enriquecido com a participação dos delegados traduzida em intervenções e propostas

Cerca de uma centena de Associações, clubes e outras organizações de trabalhadores emigrantes encontravam-se presentes no que foi o maior Encontro da Emigração.

Effectivamente a cidade de Coimbra aguardava os muitos emigrantes que aí se deslocaram no fim de semana, uns para participarem nos trabalhos do Encontro, outros para tomarem parte activa nas festividades que se

desenvolveram no último domingo.

Grande movimento suscitou essa realização, da parte da população daquela cidade. Milhares de pessoas passaram pelo recinto onde um palco fora instalado, para apreciarem as interpretações do Tró Resistência, o fado de Fernando Farinha, o canto-livre de José Jorge Letria, e ainda as interpretações de dois ranchos folclóricos.

No Mercado do Povo várias Cooperativas industriais estiveram presentes, além de Cooperativas agrícolas do distrito de Setúbal. Uma ideia da participação popular: os vários camiões de produtos da Reforma Agrária postos à venda esgotaram-se logo no primeiro dia.

No sábado tiveram lugar os trabalhos do Encontro, baseados como já havíamos noticiado, num documento amplamente distribuído pelas organizações dos emigrantes, mais de duzentas e cinquenta. Cumpre referir que algumas organizações que tinham respondido afirmativamente ao convite da Intersindical não puderam no entanto estar presentes. Assim poder-se-á afirmar que foi largamente representativa a participação dos trabalhadores emigrados que proposadamente se deslocaram a Coimbra.

O início dos trabalhos foi marcado por uma saudação aos emigrantes lida por Álvaro Rana em representação do Secretariado da Inter e por uma mensagem à Mulher Trabalhadora emigrante, lida por Beatriz Santana. Outras mensagens se lhe seguiram, da parte da União dos Sindicatos de Coimbra e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do distrito de Lisboa.

Constituídos os grupos de trabalho, tal como propunha o documento base, iniciou-se a discussão ponto por ponto, com análise global no final. Por exemplo, o Grupo de Trabalho n.º 1 dedicou-se à problemática da Situação Actual da Emigração, tendo as várias intervenções versado situações concretas, outras tantas contribuições que vieram enriquecer o debate, que contou sempre com a intervenção viva e actante dos participantes.

De salientar que foi referida e colmatada a omissão que havia no documento quanto às conquistas da revolução, já que o mesmo apenas marcava o seu descalço quanto aos aspectos negativos da situação do trabalhador emigrado. De salientar também o vivo repúdio que

suscitaram as manobras da CIME como formas de atentar contra a independência nacional, pois que tal organismo representa os interesses dos monopolistas.

Foi aprovado na generalidade o documento base, enriquecido com a participação dos delegados traduzida em intervenções e propostas. O espírito de unidade que permitiu, depois de viva discussão, aprovar por unanimidade algumas moções apresentadas esteve sempre presente durante os trabalhos, sublinhando a vontade dos trabalhadores, neste caso os emigrantes, de contribuir para uma luta comum que é a da melhoria das suas condições de vida, mostrando que, para além das suas opções ideológicas e das fronteiras que os separam, sabem bem que a sua condição de portugueses explorados é o que os une contra as manobras da exploração capitalista a que estão sujeitos nos diversos países do mundo onde vendem a sua força de trabalho. E une-os também a vontade firme de contribuirem para que em Portugal continuem abertas as perspectivas rasgadas em 25 de Abril.

De facto o que une os trabalhadores portugueses espalhados pelo mundo, ficou bem vincado em Coimbra, com a participação de delegados vindos do Brasil, do Canadá, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da RFA, da Bélgica, da França e da Suíça. E a participação não foi mais ampla já que tinha obviamente de estar subordinada aos períodos de férias dos emigrantes. Entretanto foram lidas mensagens de saudação de trabalhadores portugueses da Renault, na França e de portugueses de Frankfurt, República Federal da Alemanha.

Foi bastante nítido o interesse manifestado por muitos intervenientes no sentido de procurar que fossem amplamente divulgadas as conclusões do Encontro junto da Emigração Portuguesa, que foram lidas no final.

O COMBATE AO ANALFABETISMO É ALVO DAS CALÚNIAS DA REACÇÃO

O Movimento Alfa colabora com todas as forças interessadas na unidade e no trabalho fecundo

A resposta pronta e a denúncia completa de várias calúnias lançadas por órgãos de informação reaccionários contra o Movimento Alfa foram realizadas no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, na Faculdade de Letras, por responsáveis daquela organização. Foi também na altura referido algum do trabalho já realizado pelas brigadas de estudantes em vários pontos do país o que, por si, constitui também uma das melhores respostas às atordoadas da reacção.

O semanário fascista "Rua" lançou uma série de calúnias destinadas a comprometer o êxito desta iniciativa generosa de alguns milhares de estudantes que, aproveitando as suas férias, se dirigem para os campos e, aí, em íntima colaboração com o povo trabalhador, participam na dinamização de um amplo movimento capaz de estruturar e desenvolver o combate ao analfabetismo.

Afirmou caluniosamente a "Rua" que as brigadas Alfa atacavam as Forças Armadas. O desmentido — ou melhor, a denúncia da calúnia foi feita na conferência de imprensa: O Movimento Alfa nunca se referiu às Forças Armadas, nunca atacou nem defendeu nenhum militar em particular, afirmou um dos elementos da Comissão Coordenadora de Lisboa.

E acrescentou: Como movimento unitário, que procura combater o analfabetismo, o Alfa está sempre pronto a colaborar com as Forças Armadas que, também neste campo, têm um importante papel a desempenhar.

CRIAR DIVISÕES

Denunciando que os artigos do "Rua" têm como objectivo criar um clima de agitação

TRABALHADOR DE NOGUEIRA DA REGEDOURA VÍTIMA DE UM ATENTADO DA REACÇÃO

A Comissão de Freguesia do PCP de Nogueira da Regedoura denuncia veementemente a continuação dos atentados e provocações desenvolvidos por arruaceiros que se dizem do PPD e laicaos do patrão da empresa de papéis Vouga. Depois de uma campanha de ameaças contra militantes e simpatizantes do nosso Partido a que não foi poupado sequer um membro do PS, o bando de provocadores agrediu brutalmente o trabalhador Ferreira, golpeando-o com uma chave de fendas e tentando assassiná-lo com uma faca. Só a intervenção de uma corajosa mulher que

recolheu este trabalhador e vedou a entrada dos agressores em sua casa impediu que o Ferreira fosse morto pelos criminosos reaccionários.

A Comissão de Freguesia do nosso Partido de Nogueira da Regedoura apela para a unidade de todos os democratas, comunistas e outros, no combate ao terrorismo que age ainda impune em algumas terras, esperando que as autoridades não deixem de prosseguir na caça aos bandos fascistas que procuram dominar as populações pelo terror.

COLECÇÃO "RESISTÊNCIA" ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS

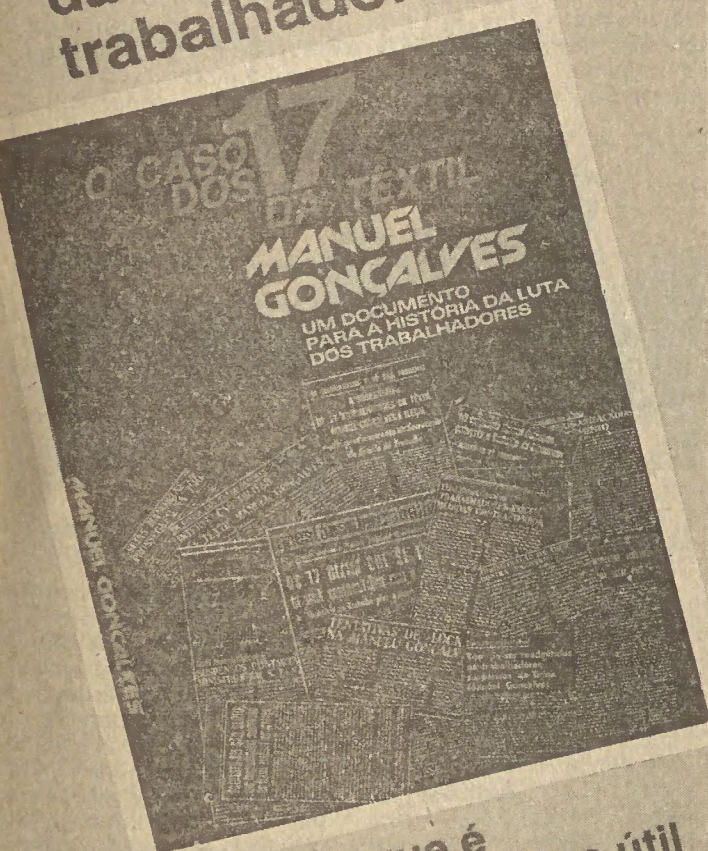


Manuel Tiago

Distribuição: CDL - Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1

UM LIVRO DE COMBATE

Um documento para a história da luta dos trabalhadores



Um livro que é um alerta, um aviso útil em relação ao perigoso avanço do inimigo: o grande capital

Distribuição: CDL - Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1

O 2.º SORTEIO DA EP É NO PRÓXIMO DIA 4!

Tal como já aconteceu na realização do 1.º sorteio, o 2.º será acompanhado de um espectáculo! Divulgaremos o programa no próximo número!



VAMOS TRABALHAR NA FIL!

Falta pouco mais de um mês para a Festa do "Avante!". Por todo o lado, em todas as organizações do Partido, os militantes comunistas empenham-se, com o seu trabalho e com o seu espírito criador, em transformar a Festa numa grandiosa jornada de unidade democrática do povo português, numa poderosa manifestação artística e cultural, não só dos comunistas mas de todos os que querem construir em Portugal uma sociedade democrática rumo ao socialismo.

Nas páginas do "Avante!" temos-nos feito eco das inúmeras iniciativas levadas a cabo por diversas organizações do Partido, o que permite antever o grande êxito que a Festa constituirá.

A preparação da Festa exige muito trabalho. Deparam-se desde já e diariamente inúmeras tarefas que urge levar a cabo. São necessários muitos braços para executar, desde já, tarefas inadiáveis para que a Festa não fique comprometida. Por isso, lançamos-te um apelo, camarada: vem participar activamente na preparação da Festa do "Avante!". A tua presença militante é necessária.

A partir de hoje, podes dirigir-te a qualquer hora às instalações da FIL. Aí encontrarás camaradas responsáveis da organização da Festa. Com eles poderás combinar o tipo de colaboração que estás pronto a prestar. Todo o trabalho é

necessário. O teu, que és carpinteiro, o teu, que és metalúrgico, o teu, que és operário da construção civil, o teu, que és electricista. E o teu, professor, arquitecto, engenheiro, empregado da indústria hoteleira, empregado do comércio, de escritório ou bancário.

Tu que estás de férias em Lisboa e não tens as noites ocupadas, e tu que, apesar de trabalhares, te dispões a oferecer as tuas noites à Festa do "Avante!" e tu, ainda, que podes dispensar umas horas para além da tua ocupação: na FIL há, desde já, trabalho à tua espera.

Camarada, na tua rua, no teu bairro, na tua empresa, na tua fábrica, mobiliza os teus camaradas. Organiza brigadas e dirijam-se à FIL.

Falta um mês para que o nosso trabalho se concretize. Nos dias 24, 25 e 26 de Setembro, muitos milhares de pessoas julgar-nos-ão pelo que fizemos e pelo que não fizemos. *Anda trabalhar connosco para que a Grande Festa do "Avante!" seja, de facto, uma grande manifestação da força do nosso Partido, do trabalho unitário que, por todo o lado, desenvolvemos.*

Camarada, nas tuas mãos, a garantia de que a Festa do "Avante!" será um grande êxito; nas tuas mãos, a certeza de que esta primeira Festa será apenas o princípio de uma realização que se quer anual. Aparece na FIL: o teu trabalho é necessário desde já. E não te esqueças, camarada, de que é preciso continuar a vender, militantemente, a EP!

SANTARÉM — MÃOS À OBRA PARA A FESTA DO «AVANTE!»

Entusiasmo e determinação levaram a Comissão Distrital de Santarém a organizar a Olimpíada da EP. O maior prémio, pensamos todos, é o da satisfação de um bom esforço militante

No seguimento do que temos vindo a anunciar, procurando tanto quanto possível dar uma ideia do que pelas organizações do Partido se vai desenvolvendo como trabalho preparatório para a grande Festa do "Avante!", vamos hoje falar um pouco das iniciativas dos camaradas de Santarém.

Coordenada a actividade a partir da Comissão Distrital, todos os centros de trabalho estão sensibilizados e empenhados em contribuir para que esta realização se traduza num êxito. A Festa é neste momento considerada por muitos camaradas que directamente ou indirectamente lhe estão ligados como uma tarefa prioritária. Do seu entusiasmo e esforço criador depende em muito a imagem que o Partido dará na FIL a muitos milhares de visitantes.

O QUE VAI SER A FESTA?

Tal como outras organizações, a Comissão Distrital de Santarém divulga uma folha informativa em que, depois de recordar a importância da grande jornada política e cultural do ano e os seus objectivos, aponta algumas das suas características:

Referindo a participação na FIL das Organizações Regionais do nosso Partido e a presença dos Partidos Comunistas e Operários dos países capitalistas, assim como as representações dos países socialistas, os camaradas salientam o facto de o trabalho a realizar nas diferentes exposições ter como traço fundamental o de mostrar o que é o Partido Comunista, o que ele representou antes do 25 de Abril, o papel que tem tido após essa data para a qual contribuiu decisivamente; o que é a acção do Partido, a sua vida quotidiana, a sua ligação às massas; as propostas que os comunistas colocam para a resolução dos problemas a nível local e nacional. Dar, enfim, a imagem do que é a luta sem descanso dos comunistas portugueses em defesa das liberdades e pela conquista de melhores condições de vida para o nosso povo, a sua luta pela consolidação da democracia, a sua luta que numa ao socialismo e que se integra na luta mais geral pela libertação da humanidade, numa solidariedade de todos os dias com os outros destacamentos do progresso pelo Mundo fora, que são os partidos irmãos.

Tudo integrado na realidade concreta, no que é vivido e sentido pelos trabalhadores. É assim que, para além dos objectivos políticos que aparecerão sublinhados em cada stand, também cada um deles dará aos seus visitantes

nacionais e estrangeiros as características da região que representa: os problemas sociais, a indústria local, o artesanato, as louças, os produtos agrícolas, as comidas típicas.

Chamando a atenção para o que de esforço militante a Festa vai exigir, os encargos que terão de ser satisfeitos, a folha informativa realça, a dado passo, a participação que artistas nacionais e estrangeiros vão dar para que a Festa alcance a grandeza cultural e artística que todos nos propusemos: grupos folclóricos de Portugal e de muitos outros países, corais de países socialistas, cantores de tantas nações, os espectáculos de teatro e cinema, a música ligeira e sinfónica, os grupos de jazz, realizações que irão emprestar à Festa do nosso jornal uma dimensão que transborda para além dos nossos hábitos e sobretudo para além das possibilidades que normalmente se encontram ao nosso alcance.

Lembrando a importância da Festa, os camaradas de Santarém lançam mãos à obra.

COMO PARTICIPAR

Cada militante, cada célula, cada organismo do Partido — como dizem os camaradas — deve fazer o seu esforço máximo para vender o maior número de EP's. Na realidade, a divulgação e a venda da Entrada Permanente é um trabalho de todos, participada por todos. Tal como a propaganda da Festa.

Entusiasmo e determinação levaram a organização Distrital de Santarém a organizar a Olimpíada da EP. Numa competição viva e fraterna, todos quantos participarem na venda da EP habilitam-se a um concurso muito simples: ver quem fica à frente, quem consegue vender mais, que é como quem diz, qual o camarada que garantirá maior número de visitantes à Festa do "Avante!". Como se de uma Olimpíada de ratasse, para os três primeiros "classificados" — ouro, prata e bronze — serão atribuídos brindes. O maior prémio, pensamos todos, é o da satisfação de um bom esforço militante.

Numa primeira fase, a participação de cada organismo que tiver um stand a apresentar, é a criação de muitas iniciativas que possam garantir a cobertura de inúmeras despesas — assim as festas, bailes, canto livre e mesmo comícios de esclarecimento sobre a festa, servirão o duplo fim de angariação de fundos e o da própria propaganda e dinamização para o trabalho a apresentar mais tarde, em 24, 25 e 26 de Setembro.

A escolha adequada de temas a desenvolver para a

posterior exposição, bem como os materiais que a irão integrar em cada stand, foi já objecto de diversas reuniões em que se procurou definir os limites da participação de cada organismo, o que cada um apresenta, salientando os aspectos mais característicos do que é a realidade da região.

E a propaganda tem da parte dos camaradas uma atenção especial. É assim que em cada centro de Trabalho do Distrito estão já a ser colados em local bem visível, cartazes muito simples, em papel de cenário, salientando os aspectos mais importantes da Festa, promovendo a venda da EP, com a explicação não apenas das vantagens que a compra do cupão de Entrada Permanente oferece — o pagamento de 100 escudos dá com efeito a possibilidade de entrada no recinto da FIL durante os três dias de Setembro, além de habilitar o possuidor a um brinde a sortear. Faixas, cartazes e outras formas de propaganda serão também utilizados nos locais de maior afluência de cada povoação.

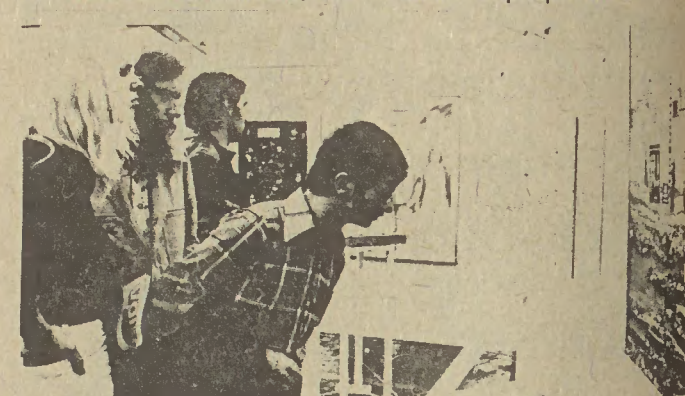
Propagandear a Festa, vender a EP é uma tarefa à qual, como em tantas outras organizações, os camaradas de Santarém dedicam o seu empenhamento, propondo-se levar à FIL todos os trabalhadores que desejam conhecer melhor o que são os comunistas. Nos mercados, nos ranchos, nas fábricas, nos

(Problemas, formas da organização); A vida e o trabalho no dia-a-dia (agricultura, indústria, pesca); Centros de Trabalho do Partido pinturas murais mais características, cada fotografia deverá apresentar-se num tamanho de 18x24 centímetros e ser a preto e branco.

Todas as fotografias, que aliás, não serão devolvidas aos participantes, devem ser acompanhadas de um título, com o nome, profissão e idade do concorrente, bem como da sua residência. Para melhor compreensão, uma breve descrição sobre o tema de cada trabalho, fotográfico, e a data, serão dados a juntar.

Cada participante habilita-se a brinde escolhidos entre os materiais da Editorial "Avante!". A DOROR será o júri que decidirá quais os trabalhos que irão ilustrar o stand na Festa do "Avante!".

Foi publicada e distribuída pelos Centros de Trabalho uma circular que pormenorizadamente define as condições de participação que procuramos aqui resumir. Diremos ainda que cada concorrente deverá fazer a sua inscrição dirigindo-a à DISTRICTAL DE SANTARÉM, Largo Manuel António das Naves, n.º 2, 1.º, enviando além do número de fotografias que quiser, a quantia de 10 escudos e a sua identificação, mencionando o organismo do Partido a que pertence.



Os fotógrafos e os amantes da fotografia terão oportunidade de concorrer e apreciar as obras que irão ao Concurso "Pravda"/76

escritórios, os camaradas levarão a propaganda de uma realização verdadeiramente a nível nacional.

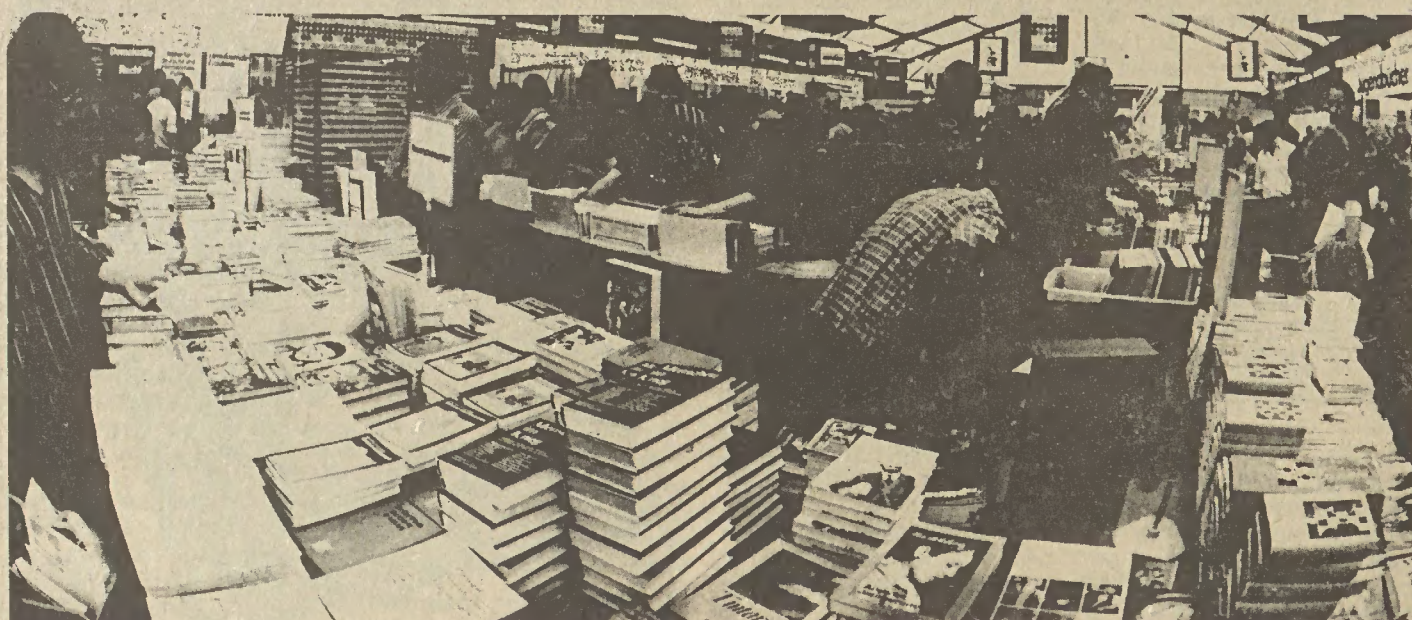
UM CONCURSO

Entretanto, a Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, cujo stand na FIL vai conter os aspectos fundamentais, políticos, económicos e sociais de dois distritos, com a ajuda de mapas, gráficos e fotografias, organiza um concurso fotográfico, cujo prazo de recepção terminará em 8 de Setembro, pelas 10 horas da manhã.

Devido versar os vastos temas como As lutas dos trabalhadores contra a exploração e a reacção; O homem e o que rodeia

As fotografias escolhidas irão ainda concorrer ao CONCURSO PRAVDA 76 aberto até 1 de Dezembro e que receberá a participação de fotógrafos amadores e profissionais de todo o Mundo. Para os concorrentes estrangeiros a obtenção de um dos dois primeiros lugares será premiada com uma viagem à União Soviética com a duração de duas semanas.

Fazendo coincidir a participação em concursos com o trabalho a desenvolver para a Festa, os camaradas da Comissão Distrital de Santarém mobilizam e impulsionam mais o esforço que as organizações já dedicavam ao extraordinário empenhamento que é a Festa do órgão central do nosso Partido.



Os livros terão lugar de destaque na iniciativa dos nossos camaradas de Santarém

NO DIA 4 DE SETEMBRO HÁ FESTA NA FIL!

Trinta brindes que podem caber a todos os que tiverem adquirido a sua **Entrada Permanente** para a Festa do "Avante!" até ao dia 4

- | | | |
|------------|---|--|
| 1.º Brinde | — | Uma tenda de campismo para 4 pessoas com 2 camas e 2 sacos de dormir |
| 2.º » | — | Uma motorizada |
| 3.º » | — | Uma máquina de lavar roupa |
| 4.º » | — | Um rádio-gravador de cassetes |
| 5.º » | — | Uma máquina de café |
| 6.º » | — | Uma trituradora eléctrica |
| 7.º » | — | Um cabaz da Reforma Agrária (azeite, compotas variadas, vinho, aguardente, enchidos, grão, queijo, etc.) |
| 8.º » | — | Um cabaz da Reforma Agrária |
| 9.º » | — | Um cabaz da Reforma Agrária |
| 10.º » | — | Um comboio eléctrico |
| 11.º » | — | Um par de patins |
| 12.º » | — | Um jogo de construções |
| 13.º » | — | Uma minidiscoteca |
| 14.º » | — | Uma minidiscoteca |
| 15.º » | — | Uma minidiscoteca |
| 16.º » | — | Obras Escolhidas de Lénine |
| 17.º » | — | Obras Escolhidas de Marx e Engels |
| 18.º » | — | Uma medalha de bronze PCP |
| 19.º » | — | Uma medalha de bronze PCP |
| 20.º » | — | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 2000\$00) |
| 21.º » | — | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 1000\$00) |
| 22.º » | — | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 500\$00) |
| 23.º » | — | Uma assinatura da "Revista Internacional" |
| 24.º » | — | Uma assinatura da "Revista Internacional" |
| 25.º » | — | Uma assinatura da "Revista de Economia" |
| 26.º » | — | Uma assinatura da "Revista de Economia" |
| 27.º » | — | Uma assinatura do "Avante!" |
| 28.º » | — | Uma assinatura do "Avante!" |
| 29.º » | — | Uma assinatura do "Avante!" |
| 30.º » | — | Uma assinatura do "Avante!" |



QUEM VAI PARTICIPAR NOS ESPECTÁCULOS DA FESTA DO «AVANTE»?

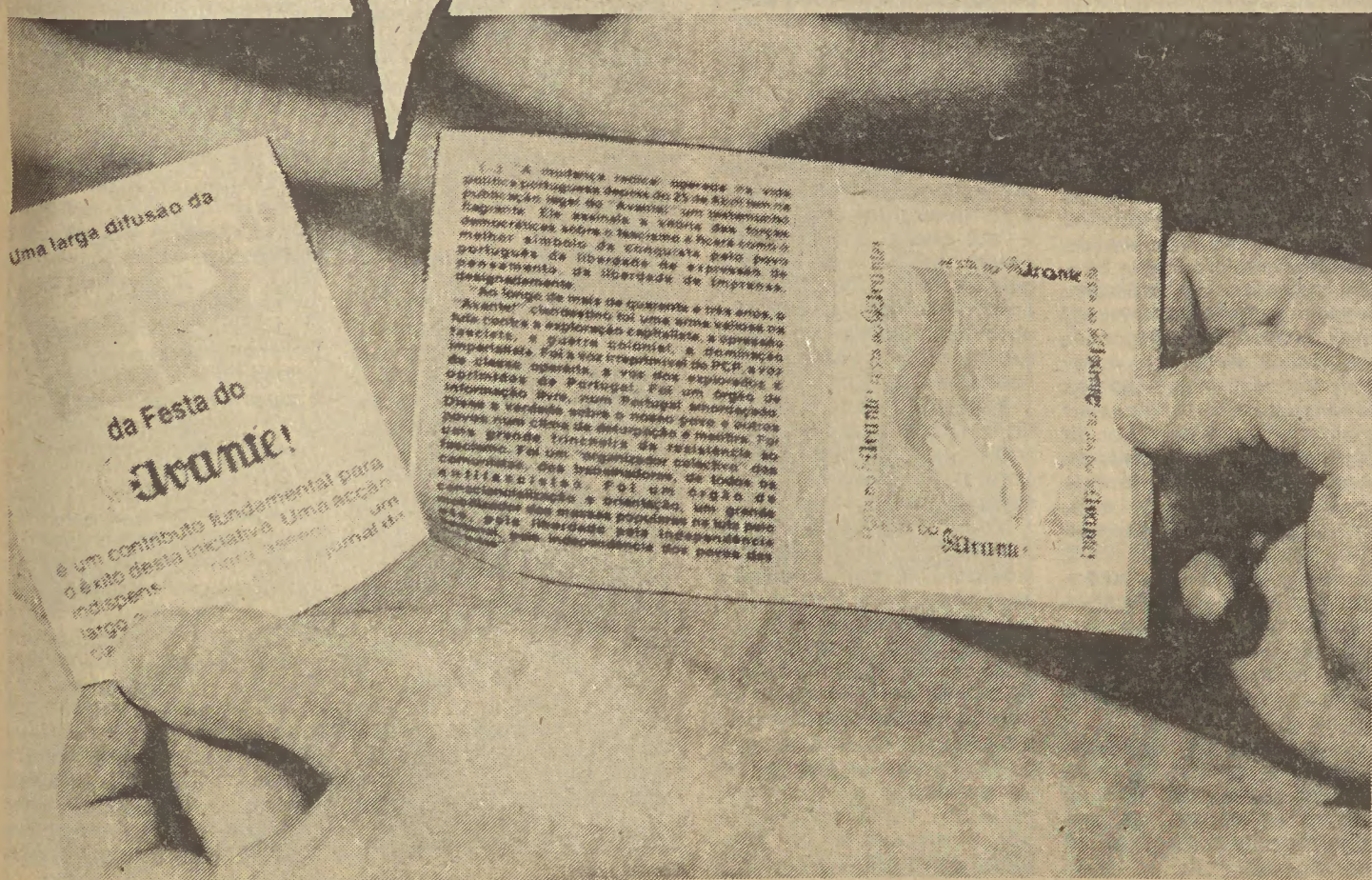


No próximo número do "Avante!", um mês antes da grande Festa dos dias 24, 25 e 26 de Setembro, serão divulgados os nomes dos artistas portugueses e estrangeiros que participarão na Festa do "Avante!"

REGULAMENTO DOS SORTEIOS DA EP

- Os sorteios realizar-se-ão na Feira Internacional de Lisboa — Praça das Indústrias — Lisboa, às 23 horas de cada um dos dias indicados, salvo alteração por motivo de força maior, a anunciar no jornal "Avante!" com a maior antecedência possível.
- Somente os portadores de **Entradas Permanentes — EP** têm direito a participar nos três sorteios dos brindes e desde que os respectivos talões deem entrada nos serviços centrais da Festa do Avante — Feira Internacional de Lisboa, até uma hora antes da hora marcada para o respectivo sorteio.
- Todos os talões cuja entrada nos serviços centrais se tenha verificado nas condições da norma n.º 2, serão colocados num recipiente e convenientemente misturados de modo a que os respectivos números não fiquem visíveis.
- A extracção dos talões do recipiente onde se contiverem será feita pelas pessoas da assistência que para tal se queiram oferecer, a pedido da organização, até ao limite de dez pessoas.
- Os números premiados serão publicados no jornal "Avante!"
- Os brindes serão entregues contra a apresentação da EP premiada, após a identificação do portador, que passará o competente recibo.
- O direito de receber os brindes prescreve 90 dias após a realização do sorteio respectivo.
- O facto de ter sido premiada num sorteio não retira à EP respectiva o direito de participar nos restantes sorteios.

Quando da venda, a parte destacável marcada "EP" deve ser cortada pelo picotado e devolvida à Organização.





HÁ UM ANO: A CUF NACIONALIZADA

A CUF comemorou, no passado dia 13, o primeiro aniversário da sua nacionalização. A organização das comemorações desta importante conquista dos trabalhadores e da revolução portuguesa coube à Comissão de Unidade dos Trabalhadores (CUT) e à Comissão Administrativa da empresa. Durante esse dia foi descerrada uma placa comemorativa deste importante acontecimento junto ao portão principal das instalações fabris do Barreiro.

No Pavilhão do Grupo Desportivo da CUF realizou-se, depois, uma sessão, durante a qual usaram da palavra representantes da Comissão de Unidade dos Trabalhadores, da Comissão Administrativa da empresa e da Intersindical Nacional.

Os trabalhadores e a Comissão Administrativa convidaram o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da Assembleia Constituinte, o Presidente da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução, o governador civil de Setúbal e outras autoridades a assistirem às comemorações de uma das datas históricas para os trabalhadores deste importante ramo da economia nacional.

ELEVADA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ESPÍRITO INTERNACIONALISTA DOS TRABALHADORES DOS CABOS ÁVILA

Os trabalhadores em luta decidiram não deixar sair material da fábrica. Mas a solidariedade dos trabalhadores permitiu que fosse enviada para a República da Guiné-Bissau uma encomenda urgente

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

O Plenário reuniu-se e decidiu, por esmagadora maioria, entregar a encomenda à República da Guiné-Bissau, sem que isso represente — salienta o comunicado — qualquer prejuízo para a forma de luta encetada pelos trabalhadores dos Cabos D'Ávila.

Esta decisão dos trabalhadores revelou a sua grande maturidade e elevada consciência de classe. Entenderam os trabalhadores — acentua o comunicado — que esta era talvez uma ocasião única para poderem manifestar a sua solidariedade com o povo irmão da Guiné-Bissau, empenhado em construir uma sociedade justa e melhor, o Socialismo.

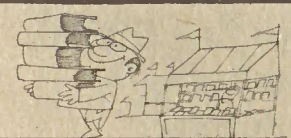
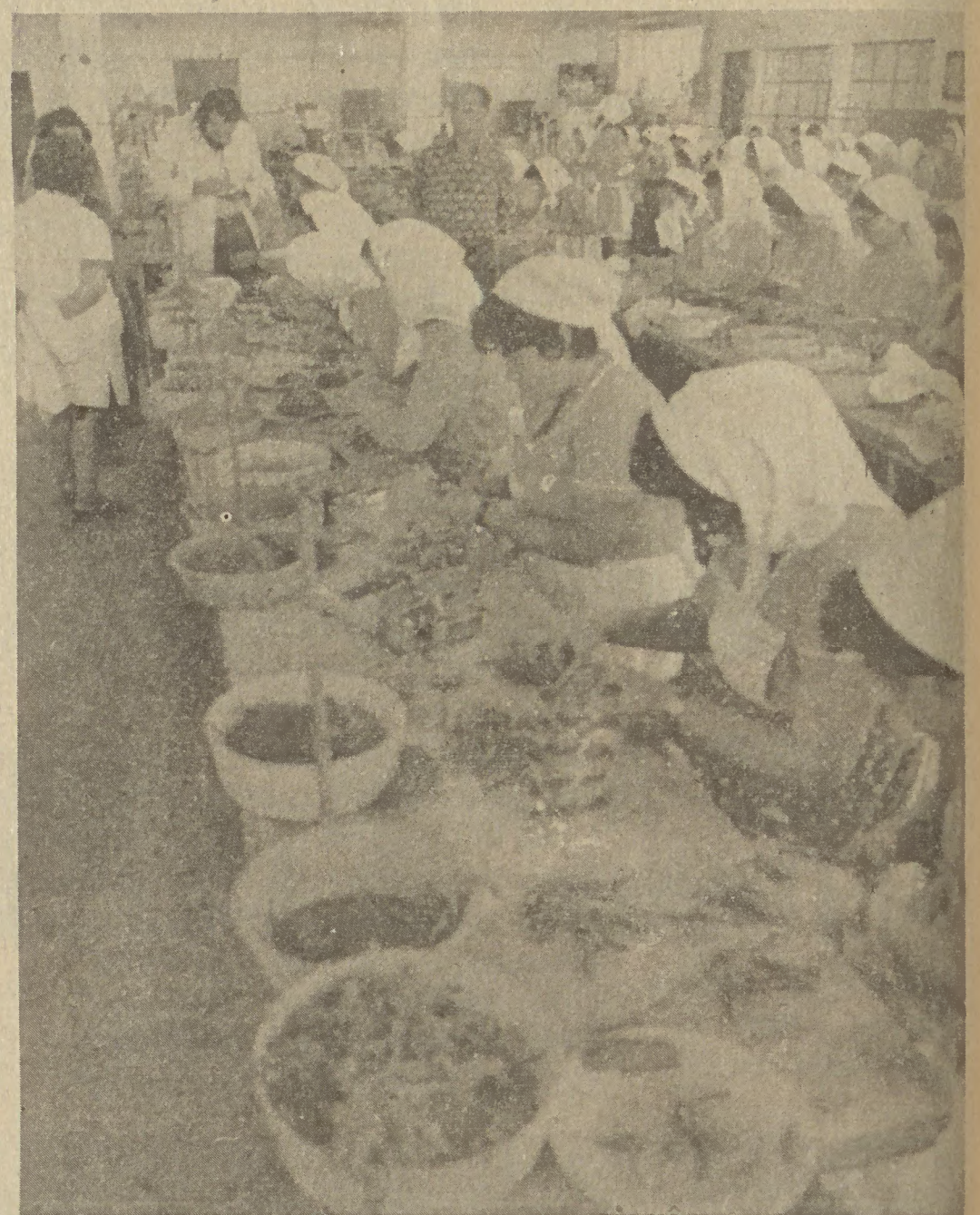
Mas a luta dos trabalhadores dos Cabos D'Ávila continua até ser nomeado o árbitro, para conclusão rápida e satisfatória do ACT, em negociação desde Maio de 1976.

Esta posição assumida pelos trabalhadores da Fábrica Diogo d'Ávila deve ser

compreendida como uma manifestação consequente de solidariedade com os povos explorados de todo o mundo e em particular com os povos irmãos das antigas colónias, que selaram com o

sangue de milhares de heróis e mártires a unidade com o povo português, submetido a ditadura fascista e obscurantista durante 48 anos, responsável por milhares de

mortos provocados pelas guerras suicidas nas antigas colónias e jovens nações africanas de expressão portuguesa, conclui o comunicado que temos vindo a referir.



CIDADE DO LIVRO E DO DISCO NA FESTA DO «Avante!»

dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA CONSTRUÇÃO

Cerca de 200 000 trabalhadores possuem desde a passada semana um novo organismo sindical que agrupa todos os sindicatos desse ramo de actividade existentes em Portugal. Trata-se da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil, constituída numa reunião realizada na União dos Sindicatos de Lisboa e à qual estiveram presentes representantes de todos os sindicatos da construção civil do País.

No decorrer desta reunião, foi eleito um secretariado provisório deste novo organismo, que passa a ser constituído pelos Sindicatos da Construção Civil de Lisboa e Setúbal e Sindicato dos Estudadores do Porto.

Real importância adquire o artigo 6.º dos estatutos deste novo organismo, uma vez que aí é estipulada a adesão à central sindical única dos trabalhadores portugueses — a Intersindical Nacional.

TRABALHADORES DA CIRES CONTRA AS MANOBRAS DO PATRÃO EXPLORADOR

Patrão da CIRES, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, toma medidas desagregadoras da unidade dos trabalhadores e viola as leis do trabalho

Um grupo de trabalhadores da CIRES, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, situada em Estarreja, denuncia as manobras do patronato conduzidas com o objectivo de dividir os trabalhadores enfraquecendo assim as suas forças. Exemplo desta acção desagregadora do patrão foram os recentes aumentos que vão desde 800\$00 para os

trabalhadores da produção a 4000\$00 para técnicos e sector administrativo, e ainda a divisão entre os trabalhadores de horário fixo diurno e os trabalhadores dos turnos da noite aos quais o patronato deixou de considerar o subsídio, violando assim a lei relativamente à prestação de serviço nocturno.

O grupo de trabalhadores chama a atenção para o facto

do patronato ter desenvolvido anteriormente uma campanha que levou à destituição da Comissão de Trabalhadores, a qual se teria oposto a estas medidas atentatórias dos direitos dos trabalhadores.

Os trabalhadores apelam para a unidade de todos os camaradas de trabalho na reivindicação dos seus direitos na luta contra o patronato explorador.

A LUTA CONTÍNUA PARA OS CONSERVEIROS ATÉ À OBTENÇÃO DE UM CCT JUSTO

Os trabalhadores da indústria de conservas não estão sozinhos, têm a seu lado a solidariedade militante de centenas de milhares de trabalhadores

VIVER FOLGADAMENTE A CUSTA DOS ORDENADOS DE MISÉRIA

Ora o patronato — salienta seguidamente o comunicado — nada disto fez e nada disto está disposto a fazer. O patronato pretende continuar a viver folgadamente a sem problemas a custa dos ordenados de miséria que paga ao pessoal — os operários conserveiros são os mais mal pagos do país — à custa do bónus e subsídios estatais (ex.: benefício de 50 centavos por cada lata exportada), à custa do abaixamento do custo de factores de produção (ex.: diminuição de preço do azeite e óleo) e à custa do aumento do produto acabado, na ordem dos 10 por cento, a ser suportado pelos consumidores.

Sintetizando a posição do patronato, os sindicatos da indústria conserveira referem: "O patronato não investe, não racionaliza a gestão, não cumpre com a lei, quer ter lucros assegurados à custa dos dois contos e setecentos mensais que paga às operárias, à custa dos favores do Governo e do sacrifício do consumidor."

Ora tudo isto é preocupante — acentuam os sindicatos — e mais preocupante se torna quando o Governo, alertado repetidamente pelos trabalhadores, não toma medidas eficazes com vista à normalização do sector, sector importante pelos efectivos humanos que dispõe e por se tratar de uma indústria alimentar com forte incidência no equilíbrio da nossa balança comercial.

Mais adiante, os sindicatos da indústria conserveira consideram que a normalização do sector se efectua quando o Estado chama a si, pela via da intervenção ou pela via da nacionalização, todas as fábricas onde se processa uma actividade anormal, quer no plano da produção, quer no plano da descapitalização,

quer ainda no plano dos incumprimentos contratuais e legais. E, se assim não for, os trabalhadores da indústria conserveira podem legitimamente perguntar: Como é possível consolidar a democracia e avançar para o socialismo no meio de tanta sabotagem económica?

CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DEFENDER OS TRABALHADORES

Se a Constituição da República — referem os sindicatos — aponta como meta uma sociedade sem classes e se os industriais em oposição a esse preceito constitucional, não aumentam a produção, nem criam as bases materiais necessárias a uma distribuição mais justa, os trabalhadores verão a actual situação com apreensão — a não ser que o Governo deixe de actuar timidamente, cumpra a Constituição e respeite os interesses das classes mais desfavorecidas, para quem o 25 de Abril foi feito.

E mais adiante: Os responsáveis pelo impasse existente na indústria de conservas não são os trabalhadores, pelo que não devem ser estes a pagar os erros, a incúria e incompetência dos outros. Os trabalhadores desejam uma reanimação da indústria e desejam, sobretudo, ter a garantia de emprego assegurado contratualmente. Nesse sentido continuam a sua luta.

E o comunicado finaliza afirmando que, até à obtenção da semana das 45 horas, os trabalhadores lutam e lutarão, conscientes de que têm a seu lado a força da razão e a solidariedade militante de milhares de outros trabalhadores, por intermédio de sindicatos, federações, uniões e da sua estrutura máxima — a Intersindical. Todos os trabalhadores estão ao lado dos operários conserveiros na sua jornada de luta por um CCT justo.

NA FESTA DO «Avante!» A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO participará na festa!

«Stands» de células de empresas, de núcleos profissionais, de organizações regionais.

Feira das Indústrias dias 24, 25 e 26 de Setembro

«COMES E BEBES»

«Barraquinhas» com especialidades regionais e os petiscos mais variados!

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

NA FESTA DO «Avante!»

SÓ ORGANIZADOS OS TRABALHADORES DA BARRAGEM DO POCINHO PODERÃO LUTAR PELOS SEUS DIREITOS

Trabalhadores do Complexo da Barragem do Pocinho sujeitos a condições de trabalho e de vida características do império capitalista no regime fascista

A Comissão Local do PCP, em comunicado distribuído à população, alerta para a exploração desenfreada conduzida contra os trabalhadores das empresas Antero Alves Paiva, A. Quelhas e Somague, empresas directa ou indirectamente ligadas à construção do Complexo da Barragem do Pocinho. Nestas empresas viola-se

sistematicamente a contratação colectiva de trabalho, nomeadamente no que se relaciona com os salários, pagando por exemplo 3000\$00 para aprendizes menores de 18 anos e 4500\$00 para serventes maiores de 18 anos.

A esta injustiça perpetuada com o objectivo do patronato arrebatador cada vez maiores

lucros, junta-se a ausência de um alojamento decente para os trabalhadores da obra. Há meses que as empresas se encontram instaladas e ainda não se encontram resolvidos os problemas de alojamento, de instalações sanitárias, de água e de luz, que assegurem um mínimo de condições para os trabalhadores residirem nos pavilhões.

A Comissão Local do nosso Partido, apoiando a luta desencadeada pelos trabalhadores contra as condições de trabalho resuscitadas do regime fascista, salienta que "a unidade e organização dos trabalhadores de cada uma das empresas, em particular, de todos os trabalhadores, em geral, é condição indispensável e fundamental para a defesa dos seus mais legítimos direitos e interesses" e incentiva a criação de Comissões de Trabalhadores representativas, direito que lhes é assegurado pela Constituição. A Comissão Local do Pocinho do PCP aconselha os trabalhadores a pedirem apoio às entidades competentes, e sobretudo aos seus sindicatos, para obrigar as entidades patronais ao cumprimento da contratação colectiva.

Os trabalhadores do Complexo da Barragem do Pocinho não poderão deixar de organizar-se na luta por condições de trabalho e de vida dignas.

MOVIMENTO SINDICAL e Unidade no Processo Revolucionário

ALBANO LIMA
Coleção: Rumo ao Socialismo
Código: 05.01
Preço: 40.00

As forças reaccionárias e conservadoras e todos aqueles que não estão com o processo revolucionário empenham-se em dividir o movimento sindical, em dividir os trabalhadores. É que o movimento sindical é um elemento muito importante do movimento popular de massas, e dividi-lo significa enfraquecer essa componente do processo revolucionário.

Este livro, traçando um panorama do que foi o movimento sindical nos duros tempos da ditadura fascista e, após o seu derrube, nos primeiros meses de liberdade, insere-se nessa luta.

edições
Avante!

A LEI DAS EXPROPRIAÇÕES IGNORA GRANDES AGRÁRIOS DE ALMEIRIM

Terras de grandes agrários de Almeirim sujeitas à Lei das Expropriações continuam na mão dos proprietários que continuam escandalosamente a explorar os trabalhadores

No concelho de Almeirim, no distrito de Santarém compreendido na região da Reforma Agrária, as expropriações não avançam e os agrários continuam a explorar os trabalhadores e a violar as leis de prestação de trabalho perante a passividade e a negligência dos organismos responsáveis.

Apenas uma cooperativa de produção agrícola, constituída por dez rendeiros lutando com dificuldades, e a exploração das Fazendas de Almeirim a cargo de pequenos e médios agricultores e negociantes de gado quebram a geografia do latifúndio que continua a manter-se intocável neste concelho ribatejano. Como resultado de se encontrarem a coberto da aplicação da Lei das Expropriações — sabe-se lá como e porquê! — os grandes agrários têm recrudescido em arrogância e provocado sérios conflitos com os trabalhadores. Os operários agrícolas, ainda assalariados dos grandes proprietários, não poupam esforços para pressionar a aplicação da Lei das Expropriações mas as diligências efectuadas junto dos organismos competentes, em Santarém, do CRRA e da delegação do Ministério do Trabalho de Santarém têm resultado infrutíferas. Numa entrevista dos trabalhadores de grandes propriedades do concelho com o Ministro da Agricultura em que aqueles

denunciaram as manobras dos agrários, o eng. Lopes Cardoso reconheceu a legitimidade da rápida aplicação da Lei das Expropriações, o que, no entanto, continua sem se verificar.

QUEM OS PROTEGE?

Eis alguns exemplos da doce vida e do domínio tirânico que grandes agrários perpetram nas terras de Almeirim.

Na Sociedade Agrícola da Quinta da Alorna com explorações num total de 2982 hectares, na sua maioria terra de primeira, o proprietário Lopo de Carvalho continua a ter acesso a dezenas de milhar de contos de crédito agrícola e vende milhares de contos em pêssegos, vinho e pinhais.

Na Casa Felino de Almeida, também sujeita à Lei das Expropriações, há culturas desprezadas e entre os 14 assalariados, um não recebe há várias semanas. Segundo denunciaram trabalhadores "alguns técnicos do IRA que foram fazer o cálculo da pontuação chegaram ao descaramento de pontuar 14.000 árvores de fruto como se fossem sobreiros!

Na Casa Prudência da Silva Santos & Filhos, com propriedades que englobam centenas de hectares, principalmente de

vinhas, e se estendem em vários concelhos do distrito, o agrário despediu 53 trabalhadores e recusou-se a reintegrá-los apesar de uma inspecção exigida pelos operários ao IRA e ao Ministério do Trabalho ter provado que havia trabalho para efectuar, justificando-se o emprego dos despedidos. O delegado do Ministério do Trabalho em Santarém, que participou nesta inspecção, chegou a aconselhar os trabalhadores despedidos a aceitarem a decisão do agrário que lhes prometia pagar semanas em atraso a troco de se submeterem ao despedimento! Finalmente sob pressão dos trabalhadores o processo de expropriações deste conjunto de propriedades foi desenterrado das gavetas do CRRA. Resta saber quando estará incluído. Entretanto há trabalhadores há 10 e 6 semanas sem receber um tostão que são obrigados a recorrer à família para lhes alimentar os filhos.

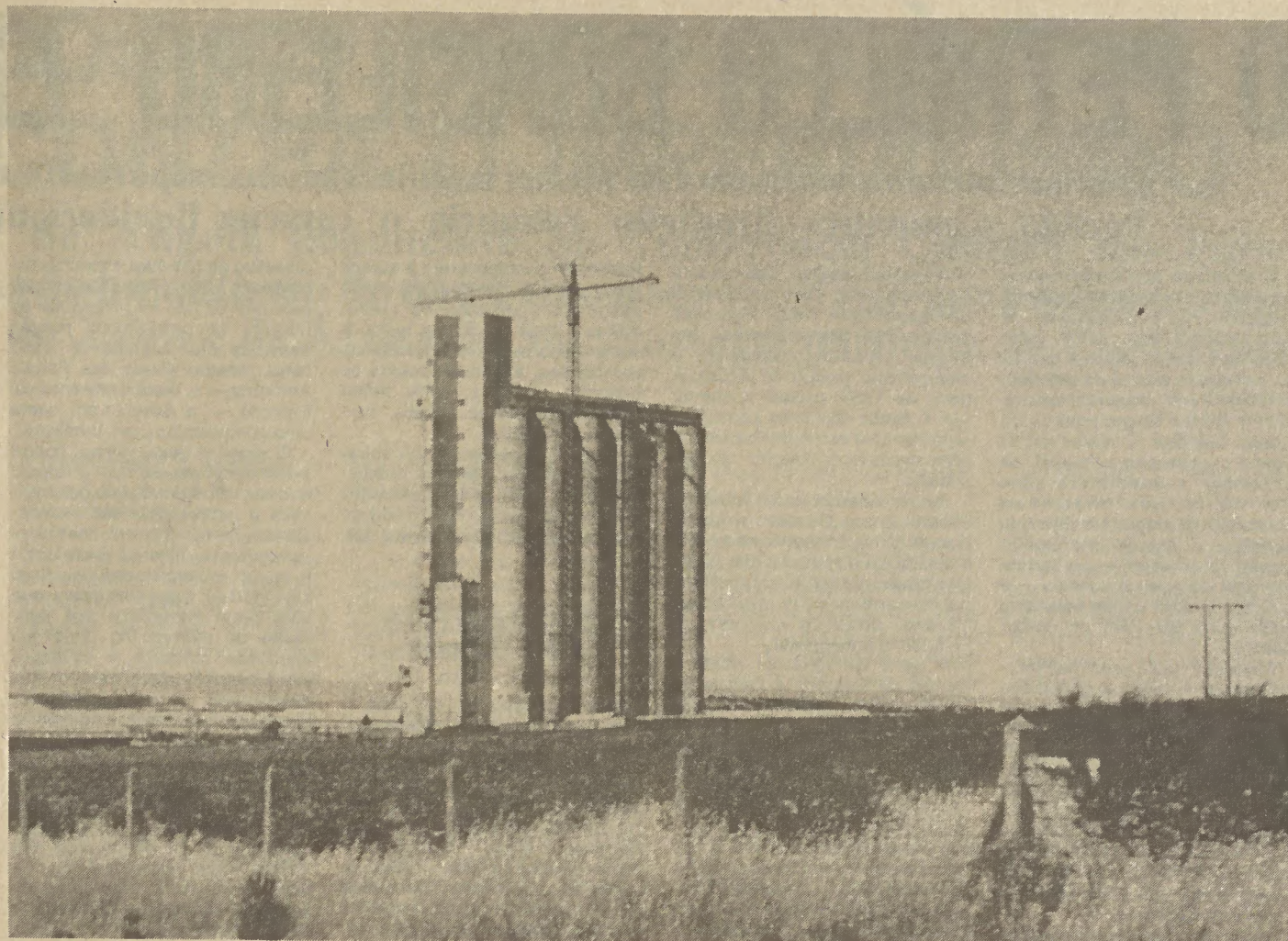
Relativamente a quatro trabalhadores que recusaram férias para continuarem a assegurar aos despedidos transporte até às propriedades o agrário lançou impune a acusação de falta disciplinar!

Na Casa Cantante Mota (Benfica do Ribatejo) com uma área de 142 hectares de vinha e courela de pomar totalizando 162.000 pontos, o agrário

Joaquim Cantante Mota há 20 semanas que não paga a 19 trabalhadores. Estes continuam a luta iniciada em Março contactando infatigavelmente o Centro Regional da Reforma Agrária de Santarém e o Ministério da Agricultura. Há fome nos lares, mas o processo de expropriação não avança e as reivindicações dos trabalhadores não são ouvidas.

O director do CRRA de Santarém justifica o impasse dizendo que falta elaborar o plano de exploração das terras. E entretanto este plano não se efectua porque o eng. Freire de Andrade (curiosamente agrário de Alpiarça também abrangido pela Lei das Expropriações) se nega a elaborá-lo e ameaça pôr o problema ao MAP.

Os protestos do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém ao Ministério da Agricultura não surtiram ainda qualquer efeito. E o agrário Freire de Andrade permanece como tantos outros do concelho de Almeirim à sombra duma benevolência escandalosa. Quem os protege? Eis a questão que levantam os trabalhadores fartos da exploração e de verem ser sistematicamente ignorada a Lei das Expropriações, peça fundamental para a concretização da Reforma Agrária.



Nem uma grama de cereal deve perder-se por falta de armazenamento adequado e suficiente

O ARMAZENAMENTO DE CEREAIS PODERIA TER SIDO RESOLVIDO

Os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre continuam a alertar para as deficiências de armazenamento de trigo

O trigo semeado e colhido por mãos que, na luta, conquistaram o direito ao trabalho não escravo corre riscos de se deteriorar em algumas localidades por falta de armazenamento. A isto, responde o Instituto dos Cereais dizendo que se trata de problemas pontuais e que todos têm sido resolvidos. Na verdade as unidades colectivas de produção tudo têm feito para poupar aos perigos de exposição ao ar livre ou deficiente armazenamento o resultado de uma campanha em que a área de cultivo nos oito distritos da Reforma Agrária foi, cerca de 157 mil hectares (+25%) superior, em média aos últimos dez anos. É certo que o Instituto dos Cereais tem tentado também resolver alguns dos "problemas pontuais" surgidos (com silos insuficientes, hangares da Força Aérea, aluguer de armazéns e celeiros). Mas, reconhece o IC, que em alguns casos "não tem possibilidades de uma acção directa".

Será de perguntar porque razão, neste caso, o Instituto dos Cereais, no início de Junho, garantiu publicamente que "se poderá conseguir uma armazenagem estática da ordem das 800 mil toneladas" quando os trabalhadores desde há muito vinham alertando para problemas que inevitavelmente surgiriam no armazenamento da presente campanha cerealífera?

Por espantoso que pareça, o Instituto dos Cereais poderia de facto enfrentar o

volume desta campanha resolvendo com rapidez e eficiência os problemas do armazenamento. Para tal, bastaria ter dado ouvidos às preocupações dos trabalhadores — tantas vezes alucinados de alarmistas — e com base nas previsões ter organizado a recolha de cereais à lavoura e a sua pronta distribuição.

Se não, vejamos: O Instituto dos Cereais detém uma importante capacidade de armazenagem própria para 402.400 toneladas, em 298 celeiros e 22 silos, e ainda para 75.200 toneladas em 214 celeiros alugados e cedidos a longo prazo, o que perfaz 477.600 toneladas; o Instituto dos Cereais, correspondendo às sugestões dos trabalhadores, com tempo, poderia ter montado um esquema que permitisse que o trigo armazenado fosse rapidamente distribuído para as fábricas de espoadas, que dispõem de uma capacidade total que ultrapassa as 237 mil toneladas. Deste modo, nos silos e armazéns do Instituto haveria espaço para novos recebimentos e a lavoura não seria obrigada a interromper as entregas por falta de capacidade disponível.

O que sucede é que os cereais são recebidos nos celeiros e silos do Instituto e aí permanecem, ou porque a moagem não cumpriu o prazo de dez dias para o envio da sacaria, ou porque o prazo estipulado para as saídas (12 dias após a entrega da sacaria) não se cumpre devido à falta de mão-de-obra ou de

mecanização para efectuar o ensaque e a carga, por parte das Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura, actuais concessionários destes serviços.

Todas estas deficiências eram sobejamente conhecidas pelo Instituto dos Cereais. A opção que se punha era atender os trabalhadores e com base nas previsões organizar a recolha e distribuição, resolvendo os problemas a tempo e horas. Mas o Instituto dos Cereais preferiu descansar no argumento da falta das infraestruturas, falta real e que por isso mesmo teria de ser vencida por vários meios.

No momento presente, enquanto os Sindicatos dos

acréscimo de valor de cerca de 1.554.000 contos (a preços de importação de 1975) dos quais 1.530.000 se devem aos distritos da Reforma Agrária. Ainda que seja de prever uma ligeira baixa destes valores como resultante de altas temperaturas, na verdade é impressionante a riqueza criada pelos trabalhadores para benefício de toda a economia nacional que não pode, nem de perto nem de longe, ser ameaçada por "problemas pontuais" para os quais os operários agrícolas, os pequenos e médios agricultores, as suas organizações de classe, as cooperativas e unidades colectivas de produção há muito alertaram.

A Comissão de Gestão do Instituto dos Cereais veio a correr assegurar que para o



A colheita excepcional deste ano no Alentejo deve-se ao esforço revolucionário dos trabalhadores

OS SENHORIOS REDUZIRAM A ESCRITO APENAS 20 POR CENTO DOS CONTRATOS

Os senhorios confiaram em novas prorrogações dos prazos estipulados na Lei do Arrendamento Rural... Em 47.700 contratos de arrendamento apenas cerca de 20% estão reduzidos a escrito, e a maioria destes na zona da Reforma Agrária, o que demonstra a convergência de interesses dos pequenos agricultores e operários agrícolas

Terminou no passado mês de Julho o prazo dado aos senhorios para passarem a escrito os contratos de arrendamento rural. O MARN, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte, num recente comunicado, "exige mais uma vez ao Governo e ao Ministério da Agricultura que tomem medidas eficazes e imediatas, como a lei prevê, para punir os infractores" e pronuncia-se pelo cumprimento dos prazos já por diversas vezes prorrogados com benefício exclusivo dos senhorios. Deste modo, o MARN expressa as legítimas preocupações dos rendeiros por diversas vezes atingidos nos seus direitos, no essencial assegurados por uma lei que a maior parte dos senhorios não se mostra disposta a acatar.

Até ao momento os senhorios têm sido protegidos nas suas acções violadoras da Lei do Arrendamento Rural por sucessivos adiamentos do cumprimento de prazos. O recomeço desta triste benevolência para com os senhorios não será mais tolerado pelos rendeiros. De certo que os senhorios continavam com novos adiamentos, renovadas prorrogações que lhes permitissem continuar a manter na incerteza e na angústia milhares de rendeiros. Senão como se justifica que apenas 20% dos contratos de arrendamento estejam passados a escrito?

Como explicar tal percentagem num total de 29.138 contratos de

arrendamento classificados por distritos? Note-se que o total de contratos é de 47.700 mas 16.000 aguardam classificação por distritos e 2560 aguardam correcções.

Mesmo assim, os 20% de contratos de arrendamento já legalizados situam-se fundamentalmente nas zonas da Reforma Agrária, o que demonstra que as vitórias na aplicação da Lei do Arrendamento Rural marcham paralelamente à capacidade de realização da Reforma Agrária e do fortalecimento da aliança entre camponeses pobres e operários agrícolas, trabalhadores de um mesmo solo que querem transformar em fertilidade.

O MARN alerta para o facto

de o senhorio que não passou o contrato a escrito se encontrar impossibilitado de recorrer ao tribunal ou à comissão arbitral e de exigir o pagamento da renda a renderio: "Estas medidas são previstas no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 201/75, confirmado pelo Decreto-Lei n.º 414/76, Artigo 1.º".

O MARN declara ainda que colaborará com as entidades responsáveis para o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural e continuará a lutar para que "o nosso Governo, os Ministérios da Agricultura e do Trabalho, o IRA, o SADA e todos os serviços competentes façam cumprir a Lei do Arrendamento Rural, façam cumprir a própria Constituição que, no Artigo 101, defende a estabilidade do renderio e o fim da parceria agrícola. É preciso cada vez mais, punir os que pretendem boicotar a lei à sombra da CAP ou de outra coisa qualquer".

PEQUENOS AGRICULTORES ALGARVIOS EXEMPLO DE CORAGEM E UNIDADE

O próximo domingo, dia 22, na freguesia de Martinlongo, concelho de Alcoutim, não será apenas recordado pelos homens que hoje são crianças como um dia de festa em que à terra chegará uma quantidade de povo jamais vista. O próximo domingo ficará como uma data histórica no Algarve, um exemplo que do Sul frutificará até ao Norte, um marco da libertação de pequenos agricultores que descobrem a força da sua unidade.

O próximo domingo será assinalado pela inauguração de uma barragem que passará a irrigar as terras de três cooperativas de pequenos agricultores pobres como os mais pobres, explorados entre os explorados que longos meses após o 25 de Abril venceram o isolamento e experimentaram na melhoria da sua vida a verdade do ditado "na união está a força".

São três as cooperativas de pequenos agricultores que passarão a beneficiar da barragem: a Cooperativa Popular da Barrada, em cujas terras ela se situa, a Cooperativa União Agropecuária da Freguesia de Martinlongo e a Cooperativa Boa Vontade de Diogo Dias e Castelhanos.

Todas estas cooperativas nasceram do esforço de um

punhado de pequenos agricultores em alguns casos apoiados pelos Serviços Regionais do MAP. No caso da Cooperativa Popular da Barrada os agricultores continuam trabalhando individualmente as terras que já possuíam e exploram colectivamente terras que arrendaram para a cooperativa. Como os cooperantes declaram: "A Reforma Agrária ajudou-nos a construir a barragem, ofereceu-nos 300 horas de tractor e desbravámos toda a terra inculta que hoje é da cooperativa".

Os membros das outras cooperativas contam também como "fizemos as suas cooperativas". Na Cooperativa Boa Vontade de Diogo Dias e Castelhanos: "Arrendámos a terra a um pequeno agricultor que hoje é cooperante. A Reforma Agrária ofereceu-nos 200 horas de máquinas e limpámos a terra do mato".

Na Cooperativa União Agropecuária "oitenta pequenos agricultores juntaram-se e compraram uma máquina debulhadora. Trabalhando todos de graça para a Cooperativa durante a debulha, arranjam dinheiro suficiente para construir um armazém, começámos a vender o adubo nessa altura muito mais barato que os

intermediários, comprámos um tractor, reboque e alfaia com a ajuda da Reforma Agrária, vendemos azeite, aguardente, rações, farinhas, forragens, etc."

Para todos estes pequenos agricultores a Reforma Agrária aparece personalizada. Ela representa a solidariedade militante, a expressão da aliança entre os camponeses e os operários agrícolas e da unidade dos trabalhadores das cidades e dos campos.

O próximo domingo, data da inauguração da barragem que tornará mais fortes e unidos os pequenos agricultores de cooperativas de Alcoutim, tem de ser também a festa desta solidariedade e da unidade, elos dos mais fortes da Reforma Agrária. Por isso a Comissão de Festa e a Comissão de Apoio e Dinamização das Organizações dos Camponeses do Algarve convidam as autoridades democráticas, todas as forças progressistas, homens e mulheres de sentimentos democráticos a associarem-se nesta jornada de solidariedade à Reforma Agrária e em particular aos Camponeses das Cooperativas do Algarve. O programa inclui um piquenique, inauguração da barragem e visita às cooperativas, ofertas.

Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora e Portalegre continuam a queixar-se de que há trigo amontoando-se ao ar livre, indefeso perante qualquer tempestade, o Instituto dos Cereais promete que todos os problemas serão resolvidos.

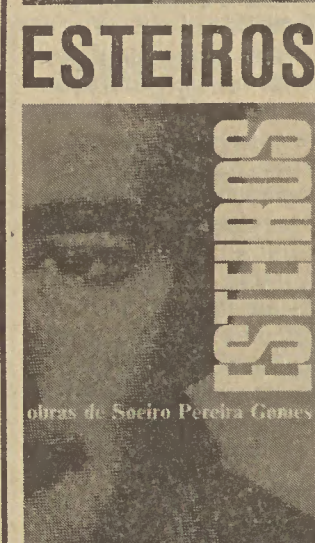
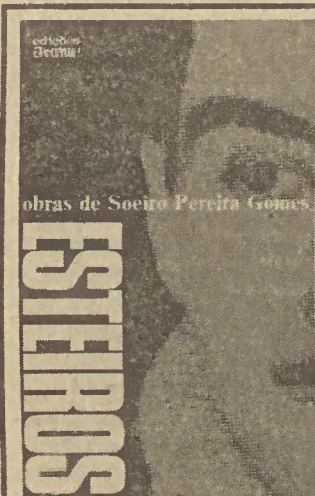
Confiar na boa sorte, deixando em perigo parcelas do resultado da presente campanha cerealífera, corresponde a desleixar uma das mais importantes produções nacionais que representa uma importante fonte de poupança de divisas. Recordemos que a diferença de produção em trigo, relativamente ao ano anterior representa um

ano os problemas estarão resolvidos porque vai propor ao Governo um plano de investimentos para 1977 de valor superior a 1 milhão de contos, que englobará a construção de 10 silos fundamentalmente nas zonas de maior produção cerealífera. Resta saber se em 1977, com um aumento potencial da produção cerealífera, essa capacidade prevista será suficiente, resta ainda saber se é esta a melhor solução para o armazenamento dos cereais. Por que razão não foram, por exemplo, os trabalhadores e suas organizações ouvidos para a resolução de uma questão que lhes diz directamente respeito?

alargar a unidade para reforçar o movimento estudantil



Intervenções e Documentos do Encontro de Delegados da União dos Estudantes Comunistas em Junho de 76



ESTEIROS
Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro
Soeiro Pereira Gomes
Na mesma colecção:
Engrenagem —
Refúgio Perdido e outros contos

O PETRÓLEO BRASILEIRO ENTREGUE AO IMPERIALISMO

O imperialismo e a ditadura de Geisel liquidaram uma importante conquista da luta nacionalista do Povo brasileiro. O Manifesto de Julho do Partido Comunista Brasileiro denuncia o carácter liquidacionista e de traição nacional da ditadura

O Manifesto do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro, publicado na "Voz Operária" do passado mês de Junho, referindo-se e denunciando a quebra do monopólio estatal do petróleo, perpetrada pela ditadura brasileira, afirma: **Coube ao governo do sr. Geisel cometer o maior crime contra a soberania nacional, ao autorizar a assinatura pela Petrobrás dos chamados contratos de risco. Medida que significa o fim do monopólio estatal do petróleo — conquista gloriosa do povo brasileiro — e que não poderá senão agravar a submissão do País ao imperialismo.**

A criação, há 22 anos, da Petrobrás, culminou uma luta gloriosa do povo brasileiro. Durante várias décadas, os patriotas, os democratas, os nacionalistas, com os comunistas à frente, desfaldaram a bandeira de luta pela exploração estatal do petróleo, vigorosa campanha sob o lema de **o petróleo é nosso**, coroada de êxito com a publicação, em Outubro de 1954, da lei 2004, que determinou a criação da Petrobrás.

Marco importante na luta contra a exploração imperialista em defesa da independência nacional, esse facto foi assinalado por muitas dezenas de comícios, actos públicos e outras manifestações de massas, demonstrando que a criação da Petrobrás representava uma grande conquista de todo o povo brasileiro.

A COBIÇA DO IMPERIALISMO

Desde meados da década de 1930 que o imperialismo norte-americano lançou a campanha tendente a fazer crer que o Brasil

não possuía petróleo. Quando esta manobra foi denunciada e desmascarada pelas vigorosas campanhas desencadeadas em muitas cidades brasileiras, o imperialismo mudou de tática. A partir de 1950, passou a afirmar que o Brasil não tinha condições técnicas nem recursos financeiros para explorar o petróleo do seu subsolo.

Pessoalidades como Monteiro Lobato, Oscar Cordeiro e Edson Carvalho, confirmaram, na época, a existência de petróleo em várias localidades do território brasileiro, particularmente no reconvado baiano, deitando por terra a campanha imperialista.

A partir de 1950 foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Minérios Nacionais, cuja expressão maior foi a edição do jornal "Emancipação". Este passou a ser submetido a uma violenta repressão, sendo igualmente alvo de calúnias da grande imprensa ao serviço dos monopólios imperialistas. Mas a voz dos que lutavam pela independência nacional não foi abafada — parlamentares, intelectuais, estudantes, sindicatos e operários, e sectores nacionalistas das Forças Armadas aderiram à campanha da Emancipação Nacional em defesa do petróleo.

À frente desta campanha encontravam-se homens como os generais Horta Barbosa, Felcíssimo Cardoso e o ex-presidente Artur Bernardes. Por todo o Brasil, organizavam-se manifestações em defesa do petróleo e sua exploração estatal.

Na primeira fase, a luta popular tinha por objectivo demonstrar a existência de petróleo no território brasileiro. Na fase seguinte, o objectivo era demonstrar a viabilidade da sua exploração. Logo nessa altura, a reacção interna e o

imperialismo começaram a acusar todos os que participavam nessa patriótica campanha de comunistas. Uma onda de terror e violência abateu-se sobre todos os próprios quartéis, onde foram presos numerosos oficiais, sargentos e praças.

Mas o imperialismo viria a sofrer uma grande derrota com a publicação, em 1954, da lei que criava a Petrobrás, uma das maiores empresas da América Latina e, até, do Mundo.

O IMPERIALISMO NÃO DESISTE

Mas a criação da Petrobrás, o seu crescimento e desenvolvimento, não trouxe, entretanto, a desejada emancipação nacional. Desde a sua criação que esteve sujeita a campanhas, umas veladas, outras declaradas, até que, dez anos depois — com o golpe militar de Abril de 1964 — passou a sofrer uma campanha permanente de sabotagem, mesmo dentro da sua própria administração.

A ditadura começou essa campanha com a "caça às bruxas", no decorrer da qual todos foram abrangidos — membros do conselho de administração, engenheiros, geólogos, técnicos, operários e dirigentes sindicais foram presos às centenas, processados, demitidos, transferidos, torturados e condenados.

Uma enorme sangria nos quadros técnicos foi levada a cabo nos primeiros anos após o golpe militar. A direcção da empresa, agora totalmente subordinada ao governo ditatorial, instaurou um clima de opressão e desconfiança. A tática era clara: não podendo (ainda) acabar com a Petrobrás, o

objectivo da ditadura era miná-la e levá-la à desmoralização, acção esta que só não foi levada até às últimas consequências porque sectores nacionalistas de certo peso, mesmo dentro das Forças Armadas — e, particularmente, do Exército — a defenderam como uma conquista do povo brasileiro.

O segundo golpe vibrado contra a Petrobrás deu-se com o acordo que permitiu a entrega da petroquímica à participação das multinacionais, particularmente das norte-americanas, minando desta forma a lei do monopólio estatal. Com esta medida, o governo deixou que uma parte importante dos derivados do petróleo no ramo dos produtos químicos e sintéticos fosse parar às mãos vorazes dos imperialistas. O argumento utilizado não era novo: segundo a ditadura e o imperialismo, o Brasil não tinha recursos para o desenvolvimento da petroquímica.

O terceiro aspecto desta campanha liquidacionista e de traição nacional foi a diminuição dos investimentos para pesquisas e a subestimação da exploração de poços já localizados. Segundo a nova "justificação", ficava mais barato importar petróleo dos países árabes do que explorá-lo no próprio território brasileiro.

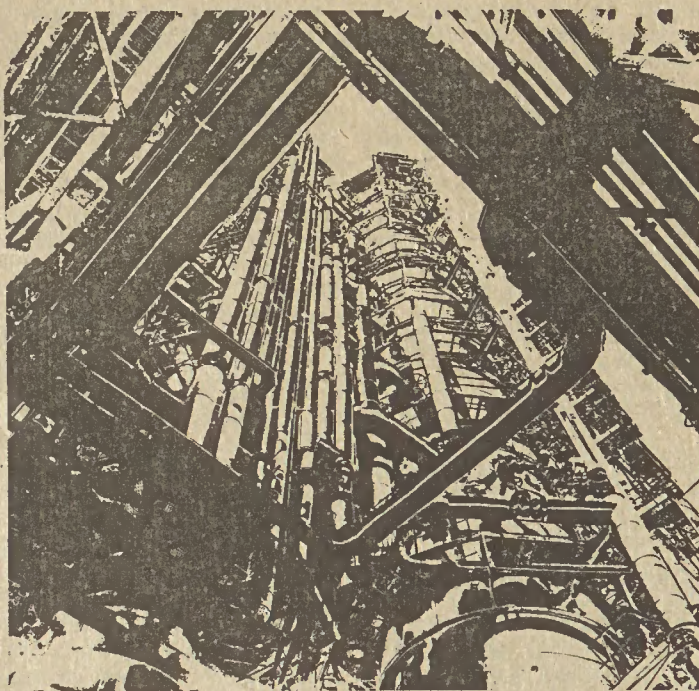
4 MIL MILHÕES DE DÓLARES: VALOR DA IMPORTAÇÃO

Esta atitude liquidacionista da ditadura brasileira levará o Brasil a importar, este ano, mais de 4 mil milhões de dólares de petróleo e este é o motivo apresentado pelo governo de traição de Geisel para justificar os contratos de risco — que não são mais do que a liqui-

dação de uma conquista do povo brasileiro, que provou a sua capacidade técnica e administrativa com a existência da Petrobrás.

Geisel foi, durante muitos anos, não apenas membro do Conselho Nacional do Petróleo, como igual-

existem, mas, e apenas, para a nação brasileira. A pretexto de combater o défice do comércio externo, o governo entrega áreas já conhecidas e pesquisadas pela Petrobrás às empresas imperialistas, sabendo que mais de 4 mil milhões de dólares são gastos em



As matérias-primas mais procuradas pelo Imperialismo fazem a riqueza dos Imperialistas e a pobreza dos povos que as produzem.

mente membro da direcção da Petrobrás. Durante a sua gestão, os investimentos em pesquisas e prospecção foram os mais baixos de sempre na história da empresa estatal do petróleo. Agora, cinicamente, autoriza os chamados contratos de riscos. Riscos que

importações de equipamentos e não ferrosos pelas filiais das multinacionais que sangram a economia brasileira e saqueiam as riquezas minerais, enquanto exploram os trabalhadores brasileiros, cujos salários são muito inferiores aos dos trabalhadores

que, nas empresas-sedes, são igualmente explorados pelas multinacionais.

OS RISCOS SÃO PARA O POVO

Vinte e três empresas multinacionais "habilitaram-se" aos contratos de riscos oferecidos pela ditadura brasileira. Entre elas encontram-se multinacionais conhecidas dos trabalhadores de grande parte do mundo pela sua acção de constante rapina das riquezas dos países subdesenvolvidos: Atlantic, Texaco, Standar Oil, Exxson (ex-Esso), Petroleum Cop., Shell, Gulf e outras. Oito dessas empresas "habilitaram-se" individualmente, enquanto as restantes formaram três consórcios de cinco cada. Saliente-se que a Shell anglo-holandesa e a Shell Oil norte-americana vão actuar como se fossem duas empresas distintas. O governo de Geisel entregou já dez áreas prospectadas; numa extensão de 62.000 quilómetros quadrados.

Os tais riscos que se afirma existirem nos contratos existem realmente, mas não para as multinacionais nem para o governo liquidacionista da ditadura de Geisel. Os riscos existem para a economia brasileira que, deste modo, fica ainda a depender mais do imperialismo.

Não é por acaso que a imprensa brasileira foi proibida de comentar ou publicar qualquer notícia — que não seja oficial — acerca dos contratos e, muito embora eles tenham sido assinados há um mês, ainda não foi fornecido qualquer esclarecimento à opinião pública.

Dentro das próprias Forças Armadas há sectores preocupados com estes contratos, sectores

esses que exigem do governo de Geisel uma explicação sobre os riscos reais que esses contratos vão trazer à existência da Petrobrás.

Foi para responder a esta exigência que o ministro de Minas e Energia, antigo director da Petrobrás, Shigeaki Ueki, afirmou na Escola Superior de Guerra que a Petrobrás nada sofreria com os contratos de riscos, chegando mesmo a defender a tese de que eles seriam vantajosos, uma vez que, nas suas palavras, permitiria acelerar a exploração do petróleo e, consequentemente, diminuir a importação.

O que o ministro omitiu é que serão necessários, no mínimo, 3 a 4 anos para que esses poços comecem a produzir e até lá, o Brasil terá de importar petróleo, quando o que haveria que fazer era destinar mais recursos para que fosse a própria Petrobrás a intensificar a pesquisa e a exploração do petróleo e seus derivados.

Para impedir o livre debate do problema, o governo intensifica a censura à imprensa, enquanto prossegue com o terror e a violação contra todos aqueles que resistem e denunciam a sua política liquidacionista e de traição nacional.

Nessa sua acção, o governo ditatorial de Geisel tem como principal alvo o Partido Comunista Brasileiro, que tem vindo implacavelmente a denunciar ao povo do Brasil os crimes contra si perpetrados. Por isso, o Partido Comunista Brasileiro chama todo o povo brasileiro, os democratas, antifascistas, patriotas e nacionalistas, a fazerem das próximas eleições uma grande campanha de esclarecimento para a formação de uma ampla frente patriótica e antifascista, para o derrube e derrota da ditadura.

1

E.U.A.: 200 anos de capitalismo U.R.S.S.: 59 anos de socialismo

Este ano, os Estados Unidos da América e a União Soviética completam, respectivamente, 200 e 59 anos de existência.

Nada mais natural do que o facto de se dedicar muita atenção à história do desenvolvimento da URSS e dos EUA — Estados que são as maiores potências de dois sistemas sociais opostos — o socialismo e o capitalismo. Comparar a URSS e os EUA é o mesmo que comparar duas vias de evolução do mundo.

"O Socialismo já influi, hoje, poderosamente, no modo de pensar e de sentir de centenas de milhões de pessoas na Terra — dizia no Relatório do CC do PCUS ao XXV Congresso do Partido Leonid Brejnev. Ele assegura aos homens liberdade, direitos realmente democráticos, bem-estar, o mais amplo acesso ao saber e a firme confiança no dia de amanhã. Ele traz a paz, o respeito da soberania de todos os países e a cooperação interestatal em pé de igualdade, servindo de apoio aos povos que lutam em prol de sua liberdade e independência. Ora, o dia de amanhã, sem dúvida alguma, há-de proporcionar novas provas de que o socialismo conta com possibilidades ilimitadas e é historicamente superior ao capitalismo".

A CONTAGEM COMEÇA DESDE NOVEMBRO DE 1917

Para muita gente, nos primeiros anos de existência da URSS, a questão do seu confronto económico com os EUA parecia irreal, a tal ponto eram desiguais os níveis de desenvolvimento destes dois países.

Já em 1894, os Estados Unidos se haviam colocado à frente dos restantes países capitalistas, sendo o primeiro país do mundo segundo o volume da produção industrial. Por volta dos começos do novo século, os EUA tinham-se transformado no líder mundial na produção de ferro, gusa e aço, na extracção de carvão e de gás, na produção de cobre e na construção de caminhos de ferro. A agricultura do país desenvolvia-se também impetuosamente.

Embora os EUA tivessem entrado na Primeira Guerra Mundial quando esta já atingira quase a sua fase final (em Abril de 1917), isto não impediu que eles se tornassem um dos principais participantes da divisão do mundo do pós-guerra entre as potências imperialistas. As vantagens auferidas pelos EUA por terem tomado parte na guerra não se limitaram à ampliação da esfera da sua influência e à colocação lucrativa do capital dos seus monopólios. Até 1914, os EUA eram devedores da Europa: o total de empréstimos recebidos pelos EUA em países europeus para o fomento da sua economia somava cerca de 3 bilhões de dólares. Por volta de 1921, porém, os países europeus que haviam recebido créditos dos EUA para comprar armamentos e outras mercadorias americanas, deviam à América mais de 14 bilhões de dólares.

Os lucros líquidos auferidos pelos monopólios americanos na Primeira Guerra Mundial totalizavam a soma, fabulosa na época, de 27,3 bilhões de dólares.

Tal era a situação dos Estados Unidos na hora em que nascia o primeiro Estado socialista do mundo.

O czarismo legou, como herança, ao Poder soviético um país agrário atrasado. Em 1913, o volume da produção industrial da Rússia equivalia a apenas 12,5 por cento da americana, sendo a seguinte a correlação em diferentes ramos industriais: produção de aço 15 por cento, energia eléctrica 9 por cento, cimento 13 por cento. A

produtividade do trabalho, na Rússia, era, em 1913, nove vezes menor do que nos EUA.

Os grandes danos infligidos à Rússia na Primeira Guerra Mundial e, mais tarde, na guerra civil e durante a intervenção de 14 países capitalistas contra a jovem República dos Soviéticos, as quais se seguiram à Grande Revolução de Outubro, agravaram esta correlação de forças que já era extremamente desvantajosa para a URSS. Por volta de 1922, o volume da produção industrial "per capita" era, na URSS, 33 vezes menor do que nos EUA.

Apesar da penosa herança do passado, em meados da década de 30, na União Soviética já se ultimou, no fundamental, a construção do socialismo; foi criada uma poderosa indústria e colectivizada a agricultura. O país deu um grandioso passo em frente no seu desenvolvimento económico e, quando começou a Segunda Guerra Mundial, era o primeiro da Europa pelo volume da produção industrial.

Mas a guerra traduziu-se, para a URSS, em duríssimas provações. Enquanto as baixas dos EUA, nas frentes da Segunda Guerra Mundial, segundo diz o publicista Vitali Koriónov ("Os EUA tal como eles são", Politizdat, Moscovo, 1971), somaram 405 mil pessoas, a União Soviética perdeu 20 milhões de cidadãos seus.

Em termos monetários, a Segunda Guerra Mundial custou à União Soviética cerca de 500 bilhões de dólares, e, aos Estados Unidos 330 bilhões. Além disso, os danos directos causados pela guerra no território da URSS são estimados em 128 bilhões de dólares, ao passo que os EUA não sofreram danos no seu território e o seu rendimento nacional, de 1939, aumentou em 96 bilhões de dólares.

Nos primeiros anos que se seguiram à guerra o poderio económico americano atingiu o seu auge: em 1948 aos EUA cabiam 65 por cento da produção industrial do mundo capitalista.

A SITUAÇÃO NA ACTUALIDADE

Em 1950, a produção industrial da União Soviética, segundo cálculos do Departamento Central de Estatística da URSS, correspondia a menos de um terço do nível dos EUA; em 1974 já correspondia a cerca de 80 por cento da americana. Ao mesmo tempo, melhorou substancialmente a correlação no que respeita à produção de determinadas matérias-primas e fabricação de certos artigos.

Em 1974, a União Soviética colocara-se à frente dos EUA:

- na extracção de carvão (112% do nível americano);
- na extracção de minério de ferro (287%);
- na produção de aço (101%);
- na produção de ferro gusa (111%);
- na extracção de petróleo (105%);
- na produção de tractores, feita a contagem na base da sua potência (116%);
- na fabricação de ceifeiras-debulhadoras (400%);
- na fabricação de locomotivas Diesel e locomotivas eléctricas (106%);
- no volume do armazenamento de madeira (106%);
- na produção de madeira serrada (132%);
- na fabricação de cimento (142%);
- na fabricação de tecidos: de algodão (132%) e de lã (557%).

Presentemente, a URSS superou os EUA também na produção de coque, tubos de aço, máquinas desbastadoras de metal, tijolo, vidro de

janela, ardósia e de produtos de vários outros tipos.

Por outro lado, aos EUA cabe ainda a primazia na construção de aparelhos e na electrónica, na fabricação de matérias plásticas e fibras sintéticas, na produção de energia eléctrica, no grau de automatização da produção e aplicação de computadores electrónicos. Todavia a URSS, cujo progresso económico é, indiscutivelmente, mais rápido, dispõe de uma firme base para alcançar e ultrapassar os EUA na fabricação de todos os produtos dos tipos mais importantes, tanto genericamente quanto "per capita".

No período compreendido entre 1951 e 1974, o rendimento nacional da URSS aumentou por ano, em média, 8,2 por cento, e a sua produção anual 9,7 por cento, ao passo que nos EUA este aumento tem sido, respectivamente, de 3,4 e 4,4 por cento. Acresce que nos últimos decénios a URSS tem superado os EUA também no que concerne ao aumento absoluto de muito produtos importantes. De 1951 a 1973, por exemplo, o aumento anual médio da extracção de petróleo, na URSS, foi de 17 milhões de tn. e nos EUA 8,1 milhões; o aumento da produção de aço foi, respectivamente, de 4,5 milhões e 2,1 milhões de tn.; a produção de calçados de couro, na URSS, está a aumentar por ano, em média, em 20,1 milhões de pares, ao passo que nos EUA ela está a baixar 1,1 milhões de pares.

NÍVEL DE VIDA

A elevação do nível de vida do povo constitui o critério mais visível e real da emulação económica entre a URSS e os EUA. O conceito científico do nível de vida da população engloba muitos componentes: não só o salário real, mas também as possibilidades que existem para receber instrução e assistência médica; o amparo na velhice ou em caso de invalidez e, principalmente a certeza do dia de amanhã, a possibilidade de elevar o nível cultural e de revelar as capacidades criadoras do indivíduo. Muitos dos componentes acima enumerados estão representados nos países socialistas dum modo incomparavelmente mais completo e amplo do que em qualquer país capitalista, inclusive nos EUA.

A falarmos de nível de vida numa acepção económica mais limitada cabe ter em consideração antes do mais, o salário real ou o consumo real da população. Mas também neste caso, ao fazermos o confronto, devemos levar em conta os pagamentos e as vantagens auferidas pela população da URSS por conta do Estado (ensino, assistência médica, estabelecimentos de educação pré-escolar, aposentadorias, subsídios e outras vantagens do seguro social). Na URSS, tão somente em 1975, o total destes pagamentos e franquias perfaz a soma colossal de 89 bilhões de rublos (todo o orçamento do país soma 220,4 bilhões de rublos). Enquanto em 1940, a média destes pagamentos "per capita" somava 24 rublos, agora ela equivale a quase 350 rublos.

Na URSS, o imposto sobre os rendimentos pessoais pago pela população equivale, no máximo, a 13 por cento. Enquanto isso, o americano, sob a forma de impostos federais, locais e estaduais, sofre descontos que chegam a perfazer 30 por cento dos seus rendimentos. Na América, os operários e empregados têm que dispendir meios vultosos com muitos serviços, enquanto que os soviéticos pagam pelos mesmos serviços preços módicos (transporte, serviços públicos, teatro, cinema, consultas médicas, etc.). O transporte na URSS é cinco vezes mais barato do que nos EUA; os serviços públicos são, em média, 2 ou 3 vezes mais baratos. Na URSS,

o aluguer de casa (calculado na base do que se paga por cada metro quadrado) é 12 vezes mais baixo do que nos EUA.

Um americano, para comprar casa, tem que gastar muitos milhares de dólares, ao passo que na URSS o Estado concede moradias aos cidadãos soviéticos gratuitamente.

Segundo demonstram os cálculos, actualmente, a receita real, na URSS, ainda é mais baixa do que nos EUA. Este atraso deve-se ao facto de os Estados Unidos terem acumulado, durante longo tempo, uma grande riqueza nacional e, em particular, haveres particulares da população, porque no seu território não há guerras nem destruições em massa há mais de cem anos.

No que se refere à rapidez com que tem estado a aumentar o bem-estar do povo, a União Soviética, no período de pós-guerra, avançou muito mais do que os EUA. De 1950 a 1973, por exemplo, a receita real "per capita", na URSS, aumentou mais do que o triplo, e nos EUA pouco mais de 50 por cento. O aumento médio anual da receita real "per capita" na URSS, durante o referido período, foi de 5,5 por cento, ao passo que nos EUA ele equivaleu a 2,1 por cento. Como consequência, a correlação entre a URSS e os EUA no que diz respeito ao fundo de consumo calculado "per capita", mudou sensivelmente a favor da URSS.

O rendimento nacional da URSS, em 1975, equivaleu a mais de dois terços do americano, correlação esta que está sempre a mudar a favor da URSS.

Segundo a quantidade de calorias da alimentação, o actual nível médio da URSS é superior ao americano: na URSS ele é de 3200 calorias por pessoa ao dia, nos EUA 2800.

Em 1973, o consumo de carne, por pessoa, na URSS era menor do que nos EUA, mas no consumo de leite e lacticínios verificava-se o inverso. Na URSS consome-se três vezes mais peixe, por pessoa, do que nos EUA; o nível de consumo de açúcar, nos dois países, quase igualou.

Nos últimos anos diminuiu sensivelmente a diferença entre a URSS e os EUA no consumo de tecidos e de confecções, a qual é desfavorável à primeira. Quanto ao consumo de tecidos de lã, na URSS ele é muito superior ao nível americano; o consumo de tecidos de algodão e de calçados é praticamente o mesmo.

Nos últimos anos, a fabricação de artigos de consumo de longo uso, na URSS, aproximou-se muito do nível dos EUA. Em 1973, a produção de aparelhos de rádio de uso doméstico equivaleu a 74 por cento do nível norte-americano, a de frigoríficos a 80 por cento, a de televisores em preto e branco a mais de 86 por cento. Ainda existe, é certo, uma sensível diferença entre a fabricação, nos dois países, de máquinas de lavar roupa (53%) e televisores a cores (43%).

De 1950 a 1973, o volume da construção habitacional, na URSS (tomado na base da área útil total dos apartamentos construídos) aumentou 2,7 vezes. Enquanto isso, nos EUA, constroem-se hoje, praticamente, tantas casas como em 1950. Não obstante, sobre cada pessoa, nos EUA, recal, em média, uma área residencial maior do que na URSS (facto devido, em primeiro lugar, às colossais destruições de casas verificadas na Segunda Guerra Mundial, ocasião em que na URSS foram destruídas e incendiadas, inteira ou parcialmente, mais de 1700 cidades e povoados, bem como mais de 70 mil aldeias).

(Continua no próximo número)

SEMANA INTERNACIONAL

TEL AL-ZAATAR: MAIS UMA META SANGRENTA DO IMPERIALISMO AGRESSOR

No mesmo dia em que num jornal de direita, dos muitos que tentam envenenar por completo a opinião neste país, aparecia sorridente na primeira página, com um ar de férias sem canseiras, o concorrente a candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, porta-bandeira das forças mais agressivas do imperialismo, muitos milhares de palestinos (as últimas informações falam de 14 a 20 mil mortos) apodreciam rapidamente com o calor de Beirute, no campo de refugiados de Tel Al-Zaatar.

Três dias antes de o sorriso confiante do ex-astro de Hollywood ter aparecido no jornal, os direitos libaneses, depois de enganarem os defensores do campo com um acordo (que não existia) para a evacuação dos civis, tomavam de assalto, no melhor estilo sionista, o último reduto dos guerrilheiros palestinos, destruindo a sua última base operacional no Líbano.

O governo israelita, destacamento de elite do imperialismo norte-americano, tinha mais um motivo para sorrir como sorri Ronald Reagan. Aos muitos milhares de mortos de Tel Al-Zaatar (no campo habitavam, de início, 30 mil pessoas) há a juntar um número indeterminado de feridos que, à mingua de água e dos cuidados mais elementares, vão morrendo nos abrigos.

Jornalistas que visitaram o campo com os cadáveres ainda por sepultar assinalam que as autoridades sionistas de Israel bloqueiam a retaguarda das forças de esquerda que combatem no Líbano e que o extermínio de Tel Al-Zaatar pode ser o princípio do fim da resistência palestina neste país.

Para "salvar as vidas inocentes em Tel Al-Zaatar e travar a conspiração dirigida contra o povo palestino", Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), intervinha mais uma vez junto dos chefes de Estado árabes no sentido de um rápido cessar-fogo. Cercado há mais de 50 dias, o campo palestino ia ser destruído. Árabes contra árabes, trabalhadores contra trabalhadores, num combate sangüinário entre povos cujo único crime é quererem dispor de si próprios, não foi, mais uma vez, motivo suficiente para que a mensagem de Arafat encontrasse eco em governantes com os ouvidos em Washington, manietados pelo grande capital nacional e estrangeiro que actua nos seus países cheios de petróleo e de miséria.

O braço do imperialismo é comprido. Há que cortá-lo. Os tanques, os transportes blindados, as armas ultramodernas de que dispõem as forças reacçãoárias do Médio Oriente têm de ser silenciadas. Por esta altura, em Colombo, os países não-alinhados, entre os quais os árabes têm grande peso, vão certamente condenar, mais uma vez, a destruição do povo palestino, que há anos vem prosseguindo de forma sistemática, sem que surja uma solução pacífica e duradoura para resolver o problema da nação palestina.

Mas é preciso ir além da condenação. É preciso acabar de vez — e são os próprios não-alinhados que o afirmam — com as pressões do imperialismo americano. É preciso que terminem os "passeios" estratégicos do sr. Kissinger, "desestabilizador" encartado da Casa Branca que, a poucos dias do início da Conferência de Colombo, voava para Teerão, em visita, e dava uma saltada ao Afeganistão e a Dacca, manobrando para que a unidade dos não-alinhados não tenha o peso desejado, não tenha a força exigida pelas vítimas cada vez mais numerosas das chacinas israelitas, dos reacçãoários árabes de todas as "falanges", das incursões armadas dos racistas sul-africanos e rodésianos, das desestabilizações na América Latina, das ingerências do grande capital e do imperialismo na vida dos povos.

"Deve deixar-se que o povo libanês resolva os seus próprios problemas", reafirmava, há dias, o secretário-geral do Partido Comunista Libanês, camarada Nicolas Chaoui. Falando em nome da esquerda libanesa e da resistência palestina, apelava aquele dirigente para uma solução política da guerra civil, pelo que as forças estrangeiras teriam que abandonar o Líbano.

É preciso escutar urgentemente e dar seguimento concreto às propostas de paz no Médio Oriente. Não uma paz qualquer. Mas a paz exigida pelos trabalhadores, quer sejam palestinos, sírios, israelitas ou libaneses. Impõe-se uma solução pacífica, que acabe com a conspiração imperialista contra o povo da Palestina. Estão em jogo os interesses de todos os povos árabes contra um punhado de serventuários do imperialismo.

A chacina de Tel Al-Zaatar não pode passar sem a condenação dos responsáveis por uma guerra que só interessa à manutenção do domínio imperialista no Médio Oriente e aos lucros imensos e sem fronteiras dos grandes magnatas do petróleo e de tudo o que dá dinheiro.

NÃO-ALINHADOS REUNEM EM DEFESA DOS POVOS CONTRA O IMPERIALISMO

A República Popular de Angola denunciou na Conferência Cimeira dos Países Não-Alinhados os actos de banditismo de que é alvo o seu território por parte de grupos armados provenientes do Zaire e da África do Sul. Portugal participa na Conferência como convidado.

Com saudações especiais de boas-vindas a Angola, Moçambique, Vietname e outros países que recentemente foram admitidos na Organização, teve início na última segunda-feira, em Colombo, a V Cimeira dos Países Não-Alinhados. Na sessão solene de abertura, a senhora Bandaranaike, Primeiro-Ministro do Sri Lanka, condenou os governos da Rodésia, África do Sul e Israel, denunciando a política racista de Pretória e de Salisbúria, destinada à erosão sistemática, não só dos direitos democráticos das maiorias nos respectivos países, mas também dos direitos humanos fundamentais contidos na Carta das Nações. Quanto a Israel, a chefe do Governo do antigo Ceilão afirmou que

aquele país "continua a desafiar todos os conceitos civilizados de conduta internacional, usando os territórios adquiridos por agressão e manipulando as comunidades humanas nesses territórios árabes ocupados, bem como o reconhecimento dos direitos dos palestinos à sua própria nação".

O secretário-geral do PCUS, camarada Leonid Brejnev, enviou uma mensagem à Conferência salientando que esta "contribuirá grandemente para forjar a coesão das forças mundiais que actuam em favor da paz, da independência e da liberdade dos povos", confirmando ao mesmo tempo "a determinação dos participantes no Movimento em lutar inextinguivelmente contra

o imperialismo, a agressão, o colonialismo e o neocolonialismo".

Os trabalhos da Conferência, que se prolongarão até o próximo domingo, além de darem, segundo se prevê, um apoio decidido à campanha por uma nova ordem económica mundial, que favoreça, nomeadamente, a posição dos países em desenvolvimento no comércio internacional, trarão resoluções firmes sobre questões importantes relacionadas com Israel, a Coreia do Sul, o oceano Índico, a África do Sul, Rodésia e Porto Rico.

Há desde já uma proposta para que a Conferência apoie a expulsão de Israel das Nações Unidas e a Líbia submeta uma outra no sentido de o Con-

selho de Segurança da ONU vir a ser privado do direito de veto. Noutros documentos a apresentar é condenada a presença militar norte-americana na Coreia do Sul e exigida a devolução das zonas de Guantanamo (base militar dos Estados Unidos em território cubano) e do Canal do Panamá aos governos dos respectivos países.

Subscrita por Cuba, Vietname, Coreia do Norte, Iémen do Norte, República do Congo, Organização de Libertação da Palestina (OLP) e Partido Socialista de Porto Rico (organização admitida desde 1972 como observadora) existe ainda uma proposta pedindo a independência total de Porto Rico que, como é sabido, continua sob o jugo colonial dos Estados Unidos.

A República Popular de Angola apresentará, por sua vez, uma proposta, baseada na forte oposição do imperialismo americano à sua admissão nas Nações Unidas. A proposta denunciará os "actos de banditismo que se cometem contra o território angolano, a partir de zonas do Zaire e da África do Sul, países aliados dos Estados Unidos".

O Congresso Nacional

Africano da África do Sul deve submeter, por seu turno, à Conferência, na sua qualidade de observador, uma moção exigindo um boicote selectivo ao regime racista sul-africano. A França de Giscard d'Estaing será também alvo de uma moção do Congresso, devido ao governo francês ter decidido vender centrais nucleares aos racistas sul-africanos.

Cuba intervirá na Cimeira com uma proposta de resolução para que os Não-Alinhados manifestem "o seu mais enérgico protesto e condenação das actividades criminosas da CIA".

A Jugoslávia, um dos países fundadores do Movimento dos Não-Alinhados e cujo presidente, marechal Tito, se deslocou a Colombo para participar na Conferência, apresentará um documento que inclui um plano para pôr termo à corrida aos armamentos e uma proposta de desarmamento nuclear.

Nesta Conferência, em que participam delegações de 85 países, serão discutidos alguns dos problemas que afligem centenas de milhões de homens em todos os continentes. Mais dedicado aos países do chamado

Terceiro Mundo, nem por isso o Movimento dos Não-Alinhados deixa de atender à luta por objectivos que interessam a todos os povos. O desanuviamento será um desses objectivos. A agressão imperialista, nas suas várias manifestações, o racismo, a exploração colonial de povos da América Latina, da Ásia e da África, a agressão imperialista no Médio Oriente e muitas outras questões de actualidade iminente ocuparão as atenções de todo o mundo através do que vai passar-se esta semana em Colombo, onde já estão presentes chefes de Estado e primeiros-ministros tão prestigiados como o marechal Tito da Jugoslávia, Boumediene da Argélia, Makarios de Chipre, Indira Ghandi da Índia, Pham van Dong do Vietname Unificado, e muitos outros governantes destacados que se deslocaram a Colombo confiantes na força que os seus povos representam contra o imperialismo, ao lado de todas as forças progressistas e democráticas, na luta pelo progresso social e defendendo a sua independência contra todas as agressões e ingerências.

O REGIME RACISTA DA RODÉSIA CADA VEZ MAIS ISOLADO

A chacina perpetrada por tropas do racista Ian Smith contra uma aldeia de refugiados do Zimbabwe, situada em território da República Popular de Moçambique, é um acto de desespero de quem sabe estar condenado à mais humilhante derrota

O imperialismo, através dos seus laços do regime ilegal de Ian Smith, perpetrará mais um criminoso atentado à liberdade dos povos de todo o mundo: o ataque desencadeado na passada semana por forças de segurança rodésianas contra um acampamento de refugiados do Zimbabwe, situado em território da República Popular de Moçambique, é um crime contra todos os povos livres do mundo.

Trata-se de um acto desesperado de quem já compreendeu que em África sopram hoje os ventos de profundas transformações políticas, económicas e sociais. O massacre de 618 civis levado a cabo pelos mercenários de Smith contra a aldeia de Nhagomia faz lembrar, duplamente, as chacinas cometidas pelos "patrões" norte-americanos em Song My, My Lai e muitas outras aldeias vietnamitas do mundo.

Os racistas rodésianos tentam imitar o seu patrão — o imperialismo norte-americano. Por isso, cometem as mesmas chacinas. Mas, por isso, tal como os seus inspiradores, sofrerão a mais humilhante das derrotas. Tal como Song My e My Lai foram os prenúncios da derrocada imperialista na Indochina, também agora a chacina de Nhagomia significará, a curto prazo, a vitória total do povo do Zimbabwe em luta contra o regime ilegal e racista de Ian Smith.

Ian Smith e seus sequazes cometeram um tremendo erro ao invadirem o território livre e soberano da República Popular de Moçambique. O heróico povo moçambicano que, de armas na mão, soube derrotar o colonialismo português e construir uma pátria enfiar livre do racismo, da exploração e da opressão,

não se intimida com estes actos desesperados dos racistas de Salisbúria. Unido em torno da sua vanguarda revolucionária — a FRELIMO — o povo da República Popular de Moçambique está pronto a defender a sua pátria da ameaça imperialista, tal como está pronto a cumprir o seu dever internacionalista, continuando a prestar o seu auxílio solidário para com o povo do Zimbabwe, para com todos os povos africanos e do mundo em luta contra o fascismo, o racismo, o colonialismo e o imperialismo, pela paz, o progresso e a independência.

O POVO DO ZIMBABWE PREPARA A VITÓRIA

Tal como afirmou o Presidente da República Popular de Moçambique, camarada Samora Machel, quem procede como procederam os mercenários de Ian Smith "são criminosos, assassinos e fascistas que atacam gente inocente com armas aperfeiçoadas".

O massacre ordenado pelo regime ilegal de Salisbúria vira-se contra si próprio. A resposta a dar pelo povo do Zimbabwe será dura. O prémio da derrota para Ian Smith e seus pares será humilhante e amargo: o seu regime não tem

possibilidades de prosseguir impunemente, porque nada pode deter um povo que luta pela sua libertação.

A minoria branca de Salisbúria "festejou" alegremente a chacina cometida pelos seus soldados. Mas o champagne não chegou a arrefecer nos baldes. Os heróicos guerrilheiros nacionalistas desencadearam, pouco tempo depois, um ataque em forma contra a terceira cidade da Rodésia, que dista apenas pouco mais de 200 quilómetros de Salisbúria. A euforia da efémera chacina transformou-se em profunda preocupação. O desespero final da minoria racista está para breve.

De derrota em derrota, o imperialismo e os seus serventuários no continente africano vão aprendendo à sua custa as lições que lhes estão a ser duramente ministradas pelos povos que lutam pela libertação. Tal como os heróicos povos angolano, guineense e moçambicano alcançaram a vitória, o povo do Zimbabwe constrói, com a sua luta, uma nova realidade para a sua pátria. Para a pátria na qual mais nenhum Ian Smith fará correr ingloriamente nas taças o champagne da derrota de mais de meia centena de homens, mulheres e crianças que mandou chacinar. Em território livre e soberano da República Popular de Moçambique.

«SOCIALISMO ESTRANHO»

O secretário do bureau político do MPLA, camarada Lúcio Lara, revelou recentemente a descoberta de material de sabotagem de fabricação chinesa, nas zonas de café do país. A importância da vigilância popular revolucionária foi mais uma vez sublinhada nas suas declarações, bem como a advertência contra os novos métodos de luta utilizados pelo inimigo.

Num comentário sobre o assunto, o "Jornal de Angola", depois de citar o dirigente angolano, lembra que a direcção de Pequim apoiou — e não só em palavras — os grupos fantoches que participaram na agressão ao povo do seu país. Lembra ainda o jornal que os peritos militares chineses e norte-americanos trabalharam em conjunto nos campos de treino do grupo de agressores da FNLA.

Utilizando a expressão "socialismo estranho", já empregue pelo presidente da RPA, camarada Agostinho Neto, a propósito da política maísta, o "Jornal de Angola" assinala que é muito difícil compreender a política externa de Pequim.

"Os países socialistas — acrescenta o jornal — têm um inimigo e objectivo perfeitamente definido: destruir o imperialismo". Mas os dirigentes chineses, pelo contrário, concedem uma ajuda militar importante ao regime fascista do Chile, ao mesmo tempo que tentam destruir os movimentos de características verdadeiramente socialistas, como é o caso de Angola, apoiando directamente os laços do imperialismo com técnicas, armas e ajuda diplomática.

Trata-se seguramente — acrescenta o "Jornal de Angola" — de um "socialismo estranho", de uma forma bizarra de fazer avançar a luta contra a opressão e contra a exploração.



A brutalidade da violência racista manifesta-se diariamente nas ruas da África do Sul.

O RACISMO NA ÁFRICA DO SUL SUBSISTE APENAS PELA FORÇA DAS BALAS

A luta contra o apartheid e a exploração intensifica-se na África do Sul

Dezenas de pessoas continuam a ser assassinadas pela polícia racista da África do Sul, numa tentativa desesperada de calar a voz dos muitos milhares de negros que, nas principais cidades do país, demonstram o seu repúdio pelo "apartheid" e pela dominação da minoria branca sobre a população.

As tropas de elite do regime de Vorster — clamorosamente derrotadas pelo povo angolano — continuam a causar distúrbios nas principais cidades e seus subúrbios, disparando contra as populações negras que se manifestam. Mas a onda de protesto alastra. As mortes provocadas pelas balas racistas não são suficientes para travar a luta do povo negro sul-africano.

Regime condenado internacionalmente, e apenas apoiado pelas potências imperialistas, a África do Sul é dos poucos territórios do continente africano onde a hora da libertação ainda não soou. Mas a heróica luta dos estudantes negros do Soweto e de Alexandra, a resistência dos mineiros das minas de ouro e diamantes, duplamente

explorados pela sua condição de negros e trabalhadores, anuncia para breve o fim do racismo na África do Sul, bem como a ocupação ilegal que as autoridades de Pretória continuam a manter na Namíbia.

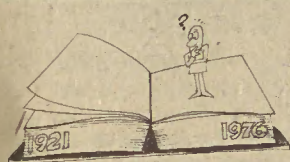
Ainda recentemente e referindo-se à onda de violência desencadeada pelas autoridades racistas, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, advertiu o governo de Pretória para o facto de se estar a esgotar o tempo para que se ponha fim à política de "apartheid" e de discriminação racial.

Mais de 200 mortos já tombaram desde Junho deste ano nos numerosos incidentes registados em várias localidades da África do Sul. Nas ruas ou nas prisões, os assassínios de negros que lutam contra o "apartheid" e contra a discriminação racial sucedem-se. Perante isto, uma realidade que as autoridades de Pretória já não conseguem esconder ao mundo, o ministro da Polícia da África do Sul revela a sua verdadeira face ao declarar que a causa de todos os incidentes — em que os seus

esbirros assassinam barbaramente negros indefesos — residiria naquilo a que ele chama "a ideologia do poder negro".

Os racistas da África do Sul, habituados a oprimir um povo, não conseguem compreender — nem o senhor Kissinger ainda os fez acreditar — que o verdadeiro problema reside, não na ideologia do poder negro, mas na ideologia de todos os povos que lutam contra o colonialismo, o racismo e o imperialismo. A ideologia que conduziu à vitória os povos vizinhos de Angola e Moçambique. A ideologia que há-de conduzir à vitória os povos da Namíbia e do Zimbabwe e todos os povos africanos ainda submetidos à exploração colonial e imperialista.

Os mortos do Soweto, de Alexandra, da Cidade do Cabo e de outras cidades sul-africanas não tombaram em vão. As balas que os vitimaram é que saíram em vão dos canos das espingardas dos racistas sul-africanos, porque não são suficientes para vergarem um povo em luta pela completa libertação.



HISTÓRIA DO PCP E DO «Avante!»

Grande exposição!

Debates e troca de impressões entre os leitores e os redactores do «Avante!»

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

NA FESTA DO «Avante!»

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária



A VENDA NAS LIVRARIAS E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA K. Marx - F. Engels



aconselhado aos estudantes de HISTÓRIA e de FILOSOFIA das universidades e liceus

Compre nas livrarias ou peça à Editorial «Avante!» Av. Santos Dumont, 57-2.º Lisboa 2

estudos

O Plano Siderúrgico Nacional

Nos "objectivos e políticas do Governo" apresentados no primeiro "Programa do Governo Constitucional" aponta-se como medida a curto prazo prosseguir "de acordo com prioridades a estabelecer pelo Plano", entre outros, o projecto de desenvolvimento intitulado PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL (PSN).

Interessa analisar a importância da realização do PSN e o papel que os trabalhadores, em geral, e os comunistas em particular, têm representado. Interessa esclarecer que o PSN pode ser um passo mais na construção da democracia rumo ao socialismo ou, pelo contrário, servir os interesses de quem, através da recuperação capitalista da economia, visa atingir de morte as grandes conquistas revolucionárias e a própria revolução. Interessa igualmente informar (a tempo) para que a política do facto consumado não venha apunhalar pelas costas os trabalhadores.

Os agudos problemas da economia nacional, em que se integra o PSN, não devem ficar no conhecimento especializado e restrito de técnicos e economistas. É preciso trazê-los ao nível de compreensão dos trabalhadores. É esse o objectivo da publicação deste artigo nas colunas do "Avante!".

O QUE É A SIDERURGIA NACIONAL?

A Siderurgia foi nacionalizada depois do 11 de Março. Essa nacionalização foi um duro golpe no poder dos monopólios e, juntamente com as restantes realizadas, veio criar novas condições para a transição para o socialismo. No entanto, esta medida deveria ter sido acompanhada por outras (o que até agora não aconteceu) nomeadamente no campo dos mercados interno (nacionalização dos grandes armazéns) e externo (controlo de importações e exportações).

No relatório da Comissão de Controlo Operário do Plano Siderúrgico Nacional (COPSN) apresentado aos trabalhadores, em 18 de Junho de 1976, afirma-se:

"A Siderurgia Nacional nasce em 1955 com a concessão do exclusivo por dez anos (que mais tarde será ampliado por mais quinze) para exploração da indústria siderúrgica em Portugal. O alvará e as disposições subsequentes garantiram excepcionais condições de protecção.

O investimento inicial de 2,6 milhões de contos (tendo os accionistas entrado apenas com 750 mil, elevados mais tarde para 847 mil) foi fundamentalmente financiado por obrigações do Estado e da Previdência. Mais tarde a SN contraiu novos empréstimos junto do Banco de Fomento Nacional e da Caixa Geral de Depósitos. Uma das causas para a prosperidade da empresa foi a de, ter vivido de capitais alheios, públicos em boa parte, em condições altamente favoráveis.

O objectivo fundamental da Siderurgia "Nacional" de Champalimaud era a procura do lucro máximo através da situação monopolista no mercado, da super-exploração da mão-de-obra e dos equipamentos, da colaboração do estado fascista.

Condições de trabalho extremamente duras, salários baixos relativamente a outros sectores com inferiores ou semelhantes índices de rentabilidade (metal-mecânica pesada e indústria naval), situação financeira deficiente, grande dependência da tecnologia estrangeira, estreita ligação com vendedores e compradores preferenciais são alguns indicadores que permitem demonstrar o que é a Siderurgia em 25 de Abril da 1974.

Em 25 e 26 de Janeiro de 1975 realizou-se a I Assembleia Unitária dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional com a participação de mais de 300 trabalhadores e que foi iniciada com uma intervenção do saudoso camarada Pedro Soares. A iniciativa partiu da célula do Partido que, formando uma comissão de organização constituída por trabalhadores (operários, empregados e técnicos), alguns dos quais comunistas, conseguiu realizar um trabalho extremamente importante em que se analisou a situação da empresa, nomeadamente produção e ampliação, gestão, mercados e preços, condições de trabalho e segurança, organização e participação dos trabalhadores, saneamento e serviço físico estudantil. A proclamação (aprovada por aclamação) bem como as conclusões foram largamente difundidas pelos trabalhadores perante o silêncio e indiferença da então Comissão de Trabalhadores, dominada por esquerdistas, e na altura empenhada a fundo numa política reivindicativa com objectivos immediatistas e desmobilizadoras face à necessidade crescente de alterar as relações de produção existentes e exigir a imediata nacionalização da empresa e saneamento das suas estruturas.

Da proclamação referida salientamos alguns passos:

O processo revolucionário que vivemos, do qual nascerá uma sociedade verdadeiramente democrática, só poderá avançar com a intervenção activa da classe operária e dos trabalhadores portugueses. Para que este objectivo seja conseguido há que defender intransigentemente a unidade como forma de luta organizada contra os monopólios e latifúndios.

Por unidade entendemos a unidade entre a classe operária o campesinato e as restantes massas trabalhadoras, a unidade e a unidade sindicais, a unidade com as outras forças democráticas, a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Luta contra os monopólios e os latifúndios é, neste momento, objectivo de quem deseja sinceramente uma sociedade mais justa. Estão criadas condições para se avançar. O poder político (parcialmente nas mãos dos trabalhadores) deve controlar o poder económico (que permanece nas mãos da meia dúzia).

Os trabalhadores da SN, compreendendo que a luta nos seus locais de trabalho não é independente de todas as que se travam noutras empresas ou locais, afirmando que, mesmo com o próprio sacrifício, defenderão a sua empresa e a colocação ao serviço do Povo Português, nada mais fazem do que darem o brago fraternalmente, no quadro do Movimento Operário, as restantes massas trabalhadoras e a todos os portugueses progressistas, para, conjuntamente, transformarem a realidade que nos cerca.

Não se pode analisar e tentar resolver os múltiplos problemas que se levantam e levantarão sem se atender à situação política, económica e social. Não faz sentido avançar para uma nacionalização se não se colocar a empresa ao serviço dos trabalhadores e das massas populares. Não faz sentido avançar para uma co-gestão se esta for realizada com o capital.

Se os trabalhadores defendem a nacionalização da empresa é porque consideram que esta medida permitirá o controlo do poder político sobre o poder económico. Não esquecem, contudo, que há que ter um Ministério da Economia que defina uma estratégia antimonopolista. Sublinham, além disso, que a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional deverá contar com quadros técnicos da sua confiança e com a sua participação activa e vigilante. Se este Ministério ou esta Comissão não servem os seus interesses, os trabalhadores exigem o seu saneamento e o seu controlo pelas forças realmente democráticas.

O futuro veio demonstrar que as preocupações manifestadas eram perfeitamente legítimas. A Siderurgia de Champalimaud era um dos baluartes do fascismo que ali tinha jogado forte. A Siderurgia nacionalizada era um perigo para os inimigos da Revolução e por isso tratava-se de, imediatamente, a sabotar e tentar destruir. Os

esquerdistas, mostrando não compreender esta problemática e a necessidade dos trabalhadores conduzirem formas mais avançadas de luta, chegavam ao ponto de "esclarecerem" que a nacionalização não era mais do que uma mudança de patrão, que nenhuns benefícios trazia pois, inclusivamente, os salários não seriam aumentados. Era com esta demagogia primária que pretendiam desviar alguns trabalhadores com reduzida consciência de classe, por mais que agora queiram "convencer" que consideram as nacionalizações uma conquista revolucionária que há que defender!

PSN. MAIS 5000 POSTOS DE TRABALHO. MAIS 1,5 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇO POR ANO. MAIS DE 30 MILHÕES DE CONTOS

O Conselho de Ministros (VI G.P.), reunido em 15 de Junho de 1976, resolveu, entre outras medidas: aprovar aumentos de preços dos produtos siderúrgicos; aprovar as bases da reestruturação financeira da empresa (aumento do capital estatutário a definir posteriormente; autorização para emissão directa de empréstimos obrigacionistas reembolsados a longo prazo, vencendo juros a taxas inferiores às vigentes no mercado financeiro e cujos quantitativos não excederão o total das "perdas conjunturais"; autorização para transformação em crédito a médio prazo de um montante máximo de 500 000 contos actualmente em crédito de curto prazo); cometer à Secretaria de Estado da Indústria Pesada a celebração de um contrato-programa com a SN em que esta empresa se compromete a orientar a sua gestão de forma a conseguir concretizar vários objectivos (produção mínima anual de 400 000 tn. em prdutos longos e 135 000 tn. em produtos planos; redução de custos fixos e variáveis que permita a remuneração dos capitais próprios à taxa anual que venha a ser fixada para os capitais públicos e possiblidade a Constituição de uma reserva especial afecta prioritariamente ao funcionamento do PSN e cujo montante anual se pretende, como princípio, não inferior a 400 000 contos a partir de 1977; lançamento em funcionamento regular da aciação e laminação da Mala (Porto), por forma que, a partir de Outubro, aquela unidade industrial já possa contribuir utilmente para a satisfação das necessidades do mercado interno; apresentar ao Governo um plano preliminar dos recursos financeiros necessários à concretização do PSN, juntando a correspondente programação económica-financeira).

Em futuros artigos analisaremos se-ão estas e outras questões. No entanto, a sua transcrição é suficiente para provar que a siderurgia herdada do fascismo necessita de medidas que não se podem limitar ao âmbito da empresa mas alargar-se sectorialmente numa perspectiva conjuntural e estrutural.

Relativamente ao PSN o relatório, já anteriormente referido, da Comissão de Controlo Operário afirma na introdução:

"A ampliação da fábrica do Seixal estava aprovada pelo Governo fascista há oito anos. O único resultado prático teve-o Champalimaud pois, à custa da promessa da sua realização, conseguiu a manutenção do descarado proteccionismo do Estado fascista: isenção de muitos impostos, cobertura a uma política de preços visando unicamente o lucro máximo, aval para ligações preferenciais, quer no comércio interno (grandes armazéns) que, como grandes intermediários, defendiam os mesmos objectivos), quer no comércio externo (matérias-primas, equipamento, etc.), etc.

E já depois do 25 de Abril que se volta a falar intensamente do Plano de Expansão da Siderurgia Nacional — Plano Siderúrgico Nacional. Basta recordar alguns factos.

Antes do 25 de Abril a ampliação da Fábrica do Seixal estava calculada em 12 milhões de contos. Uns dias antes do 28 de Setembro, o MDES (Movimento para o Desenvolvimento Económico e Social, como lhe chamavam os seus promotores Champalimaud, Melo, etc.) falou muito de 120 milhões de contos e 200 mil postos de trabalho, estando reservados para a ampliação 18 milhões de contos. Logo depois do 28 de Setembro o MDES desapareceu da circulação (é bom não esquecer que foi Spínola que cedeu o alvará a Champalimaud e se manteve Administrador da SN até partir para a guerra colonial) e os grandes capitalistas deixaram de falar dos 120 milhões. Quanto a ampliação, apontava-se (segundo Champalimaud) para uma verba de 36 milhões. Apenas o dobro da anterior inicialmente!

O PSN pesa milhões e cheira a ouro. Não admira pois o carinho que o grande capital financeiro e o imperialismo por ele sentem.

(...) Depois do 25 de Abril é nomeada pelo III Governo Provisório a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional constituída por técnicos já anteriormente, directa ou indirectamente, ligados a este projecto. Eng. Cravinho, Dra. Aurora Murtelira, Eng. Chaves Roça, Dra. Elsa Ferreira, Dr. Álvaro de Melo, Eng. Moura e Silva, Eng. Gomes Cardoso e Eng. Estácio Marques. Foi esta a Comissão que elaborou o relatório-base que, juntamente com os respectivos anexos, é publicado em 9 de Junho de 1975. O PSN irá aumentar a produção de aço de 600 mil toneladas por ano para 2,2 milhões, diz-se.

Mais tarde, ao tempo do IV G.P., é o Eng. Cravinho (ministro da Indústria e Tecnologia) que, através de despacho de 5 de Agosto de 1975, encarga "a SN, empresa nacionalizada, da execução do PSN".

Em 27 de Outubro de 1975 é a Comissão Administrativa da SN que faz publicar a Ordem Geral de Serviço n.º 41/75 nomeando o Eng. Bayão Horta (então secretário-geral da empresa) para secretário-geral do PSN e para a "equipa-base", futuro "executivo" os Engs. Joaquim Viseu, Miguel Afonso, Jorge Braga e Pestana. Define ainda a existência de um órgão que denomina Conselho do PSN e onde têm assento a Comissão Administrativa, o Secretário-Geral do PSN e os representantes dos trabalhadores, definindo este órgão como de "apoio a controlo às opções de base e à execução do Plano".

Em Plenário Geral de trabalhadores, realizado em 17 de Dezembro de 1975, é aprovada uma proposta de controlo operário do PSN e eleita a actual Comissão de Controlo Operário do PSN (COPSN) constituída por cinco trabalhadores (um servente, um operador, um encarregado, um mestre e um engenheiro).

(...) Considerando que ao Governo cabe coordenar e orientar as actividades económicas manifestamos-nos empenhados em lutar contra qualquer tentativa de recuperação capitalista que, relativamente à SN, pode assumir diversas formas.

Estão em jogo mais 5 mil postos de trabalho, mais 1,5 milhões de toneladas de aço por ano e mais de 30 milhões de contos só para a SN.

Depende de nós trabalhadores e da nossa unidade e força que estes objectivos defendam os nossos interesses e os do povo em geral."

QUE FUTURO? QUE FAZER?

É inegável que noutros sectores industriais, a um investimento como o referido corresponde a criação de muito mais postos de trabalho, por exemplo. No entanto, o desenvolvimento da indústria, nomeadamente a pesada, é

uma necessidade desde que efectivado atendendo aos interesses do Povo Português e à necessidade de salvaguardar a independência nacional.

É com base nestes princípios ou contra eles que o PSN servirá ou não a economia rumo ao socialismo.

Que política de financiamento será seguida? Onde se irão buscar os tais mais de 30 milhões de contos? Como se irão pagar? Quem os irá pagar?

Uma forma de recuperar a nacionalização da Siderurgia numa perspectiva capitalista é não conseguir formas de financiamento que simultaneamente permitam a realização de tão grande projecto e defendam os interesses dos trabalhadores e da independência nacional.

Prazos e taxas de juro são negociáveis. Acordos comerciais também. Pagamento com produtos acabados ou por outras formas, igualmente. Isto exige uma política corajosa e realista mas, sobretudo, progressista.

ALGUNS ASPECTOS CONCRETOS

Neste momento o plano director geral ("master plan") está a ser realizado por uma empresa de projectos francesa (SOFRESID) e inclui duas hipóteses: localização das futuras instalações siderúrgicas no Seixal ou em Sines.

A Comissão de Controlo Operário do PSN afirma no seu relatório "não estamos interessados que se justifique a macrocefalia fascista de Sines..." referindo-se à problemática Seixal/Sines e aos aspectos que a ela estão ligados. Esta afirmação, que não significa "a priori" a recusa de instalações em Sines, não deixa contudo de ter subjacentes algumas questões. Pensar-se-á agora dar continuidade à defesa de um projecto que, se se realizassem todas as suas perspectivas megalómanas, apenas representaria um favor ao imperialismo com uma fachada de progresso para o nosso país? É verdade que o imperialismo tenta instalar em Sines uma siderurgia destinada, segundo eles dizem, a exportar produtos intermédios? A água doce vai-se buscar à Barragem do Alqueva, ignorando as necessidades da Reforma Agrária, e que, até, não terá capacidade para os consumos previsíveis? Será que o imperialismo colocará como "condição" para um qualquer empréstimo a localização em Sines?

O projecto da SOFRESID estará concluído até Outubro/Novembro de 1976. Segundo o acordado, oito meses serão necessários para lançamento de concursos internacionais para fornecimento de equipamentos e recepção das respostas. Em Junho/Julho de 1977 há que tomar as opções definitivas se, entretanto, não o tenham sido já.

Também neste aspecto os trabalhadores terão alguma coisa a dizer. A Comissão de Controlo Operário afirma que "tem defendido o princípio do estabelecimento de relações com todos os países e, em especial, os socialistas desde que sujeitas ao princípio do interesse mútuo. Estamos convencidos que a colaboração económica, técnica, cultural e social com os países socialistas pode ser muito favorável aos trabalhadores da SN e à realização do PSN."

Outro problema preocupante é o da formação dos trabalhadores que permitirá, também no campo científico, a definição de uma política de independência. O fascismo permitiu que o imperialismo nos vendesse conhecimentos técnico-científicos ("know-how") e nos explorasse a mão-de-obra barata e os recursos naturais. Os trabalhadores sabem bem, hoje, que muitos casos de sabotagem económica não vingaram porque encontraram a determinação corajosa e firme dos trabalhadores mas também porque, para além disso, estes conseguiram salvar as empresas da falência através da procura de novos mercados, da reestruturação e reconversão, do saneamento económico-financeiro ou estrutural, etc.

Quanto à participação da indústria nacional, o objectivo que interessa atingir é maximizar essa participação. Isso permite a redução de importações, a criação de novas empresas, a necessidade de criação de mais postos de trabalho. O programa do 1.º Governo Constitucional afirma: "a médio prazo (5 anos) prevê-se investir nas indústrias químicas, na celulose, nos cimentos, na siderurgia, na metalomecânica e na construção naval (nota: seria melhor dizer indústria naval), cerca de 90 milhões de contos em projectos existentes que contribuirão para um saldo anual positivo de 30 milhões de contos de divisas, criarão 20 000 novos empregos e darão trabalho a 40 000 trabalhadores durante a construção (construção civil, equipamento electromecânico e serviços)". Para lá das boas intenções formuladas e de não explicar donde e como vêm os 90 milhões de contos, os trabalhadores da SN vêm com preocupação que este objectivo pode não se concretizar a tempo no caso do PSN. A Comissão de Controlo Operário do PSN afirma, nomeadamente, que "é com grande preocupação que verificamos as dificuldades que já se encontram neste domínio pelo que não nos admiramos que a participação da indústria nacional do PSN seja muito inferior às possibilidades reais de facto existentes". Acrescentaremos: já existentes ou a (não) realizar a curto prazo.

O problema das matérias-primas é preocupante. Deixando, neste artigo, de lado o problema dos carvões e sucatas tradicionalmente importados dos Estados Unidos da América, com o preço e qualidade praticamente impostos (só depois do 25 de Abril foi possível negociar e concretizar um contrato a médio prazo com a Polónia para fornecimento de carvão que tem vindo a ser cumprido) referiremos o caso dos minérios de ferro. Actualmente a SN importa muito mais minério de ferro do que o de origem nacional. Nos últimos três anos tivemos a seguinte evolução: 1973 — importado: 454 000 t; nacional: 47 800 t; 1974 — importado: 374 000 t; nacional: 22 000 t; 1975 — importado: 460 000 t; nacional 31 200 t. Deve sublinhar-se ainda que, depois do 25 de Abril, o Brasil (Minas d'El-Rey) tornou-se o maior fornecedor, facto a que não serão estranhos os interesses que o próprio Champalimaud joga nessas transacções. A Comissão de Controlo Operário do PSN afirma no seu relatório:

"... No entanto, as reservas de minérios de ferro existentes em Portugal permitem afirmar que não só há condições para satisfazer as necessidades actuais como as futuras. Só o imobilismo do estado fascista, consequência imediata da submissão ao imperialismo, explica esta situação. Os minérios de ferro de Moncorvo e Aljustrel lá estão. Entretanto, há desemprego, não há desenvolvimento regional nessas zonas e as importações representam a saída de 370 mil contos por ano (1975).

... É viável apontar para os seguintes números (e inclusivamente ultrapassá-los):

Moncorvo: 1 500 000 t/ano
Aljustrel: 600 000 t/ano na primeira fase (1980) mais

600 000 t/ano na segunda (1982)
CUF (cinzas de pirite): 350 000 t/ano
Cercal: 50 000 t/ano
Todos estes projectos (Cercal já fornece este valor à SN) exigem investimentos e trabalho.

Pela nossa parte defendemos:

— Que sejam exploradas as minas de Moncorvo agora que os interesses alemães (Minacorvo) e de Champalimaud (Ferrominas) não exigem (directamente) pois passaram para o Estado (Minacorvo) ou foram nacionalizados (Ferrominas), mas sim os do povo português. A exploração destas minas permitirá a criação de novos postos de trabalho (quer directamente, quer em empresas a montante ou a jusante); desenvolvimento regional (vias rodoviárias e ferroviárias, criação de novas indústrias, desenvolvimento

do comércio, etc.) e a defesa da economia nacional numa via independente.

— Que sejam aproveitadas as pirites alentejanas (agora no âmbito do Gabinete da Área de Sines) com as finalidades anteriormente apontadas.

— Que sejam aproveitadas as cinzas de pirite da CUF imediatamente, programando-se ao mesmo tempo processos tecnológicos de purificação a instalar o mais rapidamente possível.

No entanto, perante as dificuldades que existem e a (in)actividade que constatamos a nível dos órgãos de poder é-nos lícito perguntar:

— A Siderurgia ampliada, a tal de mais de 2 milhões de toneladas de aço por ano, irá importar 400 000 toneladas por ano (no caso de 3 milhões serem nacionais) ou mais de 3 milhões (no caso de não se aproveitarem as nossas riquezas nacionais)?

A resposta a esta pergunta está, em grande parte, nas mãos dos órgãos de decisão. Pela nossa parte, defendemos a utilização sistemática da riqueza nacional que são os nossos minérios de ferro e controlamos e denunciaremos todas as manobras que a isso se oponham.

Não estamos interessados que se justifique a macrocefalia fascista de Sines, entre outras coisas, com a necessidade de importar milhões de toneladas de minérios e, portanto, de construir um cais para esse fim. É preciso tomar medidas energéticas e urgentes que, sendo do conhecimento público, contem com a participação crítica e consciente dos trabalhadores."

O Programa do Governo afirma que "... serão lançados novos projectos de investimento, nomeadamente para o aproveitamento do ferro (nota: seria melhor dizer minério de ferro) de Moncorvo em ligação com o Plano Siderúrgico Nacional, para o aproveitamento das pirites de Aljustrel..." Para além das questões de financiamento já repetidamente postas, convém perguntar ao Governo se, neste caso, será possível fornecer a futura Siderurgia a tempo e horas. Para além de problemas de transportes que, seguramente, serão abordados, é com preocupação que se assiste à lentidão de processos: meses e meses só para nomear a Comissão Administrativa para Moncorvo conduzirão a anos e anos para que Moncorvo produza? Uma coisa é certa: o imperialismo não está interessado em que Moncorvo vá para a frente — não há coisa alguma que compense a compra ao Brasil ou à Mauritânia, à Austrália ou a qualquer outro lado...

Quanto aos transportes, foi a vigilância dos trabalhadores, neste caso através da Comissão de Controlo Operário do PSN e de uma Comissão de Trabalhadores da CP, que permitiu concluir que não haverá linha férrea capaz, na altura em que a futura Siderurgia dela necessitar. A ligação da linha do Douro (Pocinho) às linhas da Beira Alta e da Beira Baixa (Vila Franca das Naves) é uma necessidade imperiosa e não só para Moncorvo ou para a Siderurgia. Acções energéticas e imediatas têm que ser tomadas pelo Governo para a resolução deste problema. No citado relatório de 18 de Junho da Comissão de Controlo Operário do PSN (que foi entregue ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e na Presidência do Conselho e que, anteriormente, já tinha sido parcialmente divulgado em Conferência de Imprensa) diz-se claramente, sublinhando a necessidade de ligação ferroviária a partir de Moncorvo:

"Podemos afirmar hoje que a navegabilidade do rio Douro é um desafio que faz e fará correr muita tinta mas que, em termos de SN e PSN, não pode ser encarado a sério pois corre-se o risco de, quando for preciso efectuar o transporte, nem o rio Douro ser navegável nem existirem outros meios de transporte. Mesmo com a Barragem de Crestuma que se irá construir, o Douro não fica navegável: falta resolver os problemas da barra do Douro, do Porto de Leixões e até do nível das águas do rio que, em períodos de chuvas ou secas não é navegável. Quanto ao transporte ferroviário, os trabalhos de implantação de novas vias e melhoramento das existentes estão atrasados e alguns até nem sequer foram programados.

O problema do cais que, evidentemente, está relacionado com este, terá de ser paralelamente resolvido. Ampliação do actual cais? Construção de um novo cais na foz do rio Judeu (Seixal)? Ou ainda Sines (I)? São hipóteses que se põem."

Por último resta referir o problema da necessidade de água doce. É o relatório referido que esclarece:

"O problema do abastecimento de água doce na Península de Setúbal é extremamente grave. A situação no concelho do Seixal é semelhante até porque fornece água para os concelhos de Almada e Sesimbra e até Lisboa (por barco).

O consumo de água doce na SN é, actualmente, da ordem dos 15/16 m³ por tonelada de aço fabricado.

A indicação do consumo de água doce em termos de volume gasto por tonelada fabricada não é totalmente correcta embora possa servir como valor estimativo do caudal necessário.

A manter-se este índice, para um aumento de produção de 1,5 milhões de toneladas, teríamos um acréscimo no consumo superior a 20 milhões de m³ por ano.

A água que abastece a península de Setúbal está a ser captada de um lençol situado a uma profundidade média de 250 metros. Neste momento está proibida a abertura de novos furos a esta profundidade e estão autorizadas prospecções até aos 600 metros de profundidade (nota: no entanto, a água a esses níveis é mais quente e mais corrosiva).

Actualmente, a água que é usada na SN é extraída em furos próprios e o seu preço de custo é reduzidíssimo. No futuro a situação é, concerteza, diferente e pode ser um problema técnico e economicamente difícil de resolver.

Já anteriormente num dos comunicados que a Comissão de Controlo Operário do PSN divulgou pelos trabalhadores se dizia:

"... De todos estes problemas (sondagens, prospecções, cais) o mais preocupante é o da água doce. Por um lado há problemas técnicos em atraso, por outro há problemas de abastecimento de água às populações pelo que alertamos todos os camaradas (em especial os que pertencem a qualquer organismo de vontade popular: comissões de trabalhadores, moradores, etc.) para que estejam atentos a um problema que poderá vir a ser muito grave num futuro próximo. Se se tiver que recorrer à água vinda da Barragem do Castelo de Bode, o preço previsto por m³ é de 10/15500 (aproximadamente em 1982). Para mais informações contactem connosco."

O que é certo é que, por exemplo, em Sagunto (Espanha), onde se prepara uma ampliação siderúrgica, um metro cúbico de água transportada em conduta com 40 Km (sistema análogo ao do transporte de Castelo de Bode) ficaria por 1 \$00.

CONCLUSÃO

Para a reacção, o PSN ainda hoje devia estar no "segredo dos deuses" e a ser negociado nas costas dos trabalhadores. A perspectiva correcta é completamente diferente. Os trabalhadores sempre participaram, participam e naturalmente participarão nas tarefas do presente e na construção do futuro.